



PLANO DE CONFORMIDADE

PORTARIA TSE nº 463/2026



Considerando os deveres previstos na Resolução/TSE nº 23.610/2019 e na forma dos arts. 2º e 3º da Portaria nº 463/2026, o Plano de Conformidade é apresentado tendo em vista três tipos de serviços diferentes oferecidos pela Google. O primeiro deles é o **YouTube** (<https://www.youtube.com/>), plataforma de hospedagem de vídeos publicados por terceiros. O segundo é a **Pesquisa Google** (<https://www.google.com/>), ferramenta pública de pesquisa que indexa e agrega páginas de terceiros disponibilizadas na web. Em terceiro lugar, o **Gemini Apps** é uma ferramenta de interface de IA generativa desenvolvida para atuar como um parceiro interativo em tarefas de criatividade, produtividade, aprendizado e resolução de problemas complexos. Atualmente, o modelo de inteligência do Gemini Apps (o Gemini 3) também funciona integrado à Pesquisa Google através das ferramentas “Modo IA” e “Visão Geral Criada por IA”.

Todos esses serviços são oferecidos pela Google em uma escala global, com atenção e atendimento à legislação de cada país e às exigências das autoridades locais. É nesse contexto que se inserem as medidas de adequação à Resolução/TSE nº 23.610/2019. Como será detalhado adiante, além de políticas próprias adaptadas à funcionalidade de cada serviço, a Google também disponibiliza aos usuários ferramentas de denúncia – seja por violação às políticas ou por motivos legais –, publica relatórios de transparência periódicos e atua de forma coordenada e sistemática, também em escala global, para coibir e prevenir quaisquer usos irregulares e ilegais de suas plataformas por terceiros.

O **YouTube** é uma plataforma de compartilhamento de vídeos pelos próprios usuários. O ecossistema criado pela plataforma permite que bilhões de pessoas descubram, assistam, criem, compartilhem e interajam com conteúdos em vídeo, abrangendo desde criadores individuais e produtores independentes até grandes veículos de mídia e anunciantes.

O objetivo da plataforma é “*dar a todos uma voz e revelar o mundo para eles*”¹: a plataforma acredita que todos têm o direito de se expressar e que o mundo se torna melhor quando ouvimos, compartilhamos e construímos comunidades por meio de histórias. Nesse sentido, o YouTube atua buscando promover um ambiente democrático, plural e saudável de interação e troca de conteúdos, no que se incluem manifestações artísticas,

¹ O trecho original vem da frase “[o]ur mission is to give everyone a voice and show them the world” <<https://www.youtube.com/howyoutubeworks/>>.

jornalísticas, opiniões políticas, depoimentos pessoais, dentre outros.

A preservação desse espaço – como será demonstrado no tópico a seguir – é feita com base na aceitação, por todos os usuários, das Diretrizes da Comunidade e na aplicação rigorosa dos Termos de Serviço por parte da plataforma. O estabelecimento e aplicação dessas regras é não apenas um direito da plataforma, decorrente da autonomia privada, mas também uma expectativa legítima da comunidade de usuários, que espera navegar em ambiente correspondente às diretrizes aceitas por todos.

Em conjunto com as políticas da plataforma, o YouTube possui um sistema de recomendação desenvolvido para gerar valor por meio de experiências de visualização relevantes. Em temáticas nas quais a precisão e a confiabilidade das informações são fundamentais – tais como notícias, finanças pessoais, matérias médicas e científicas –, o YouTube emprega recursos específicos para priorizar fontes de alta qualidade e conferir contexto aos conteúdos². Adicionalmente, a arquitetura do YouTube assegura ao usuário autonomia para gerir os sistemas de recomendação e de ordenação de resultados de busca³, o que inclui a possibilidade de gestão e desativação dos históricos de exibição e de pesquisa.

A **Pesquisa Google** é uma ferramenta gratuita que organiza informações/conteúdos já disponíveis na internet, de modo a torná-las mais acessíveis aos seus usuários. Para operacionalizar e manter a qualidade da Pesquisa, a Google orienta o desenvolvimento do produto a partir de princípios e compromissos fundamentais, quais sejam **(i)** Relevância e Utilidade: apresentar respostas precisas e rápidas, priorizando o conteúdo que melhor atenda à intenção de busca do usuário; **(ii)** Acesso Livre e Universal à Informação: garantir que qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo e em diversos idiomas, possa buscar e acessar conhecimentos e ideias sem barreiras não justificadas; **(iii)** Confiabilidade e Qualidade: Priorizar fontes de alta autoridade, aplicando sistemas rígidos de classificação e políticas para combater a desinformação, conteúdos maliciosos, spam e manipulações do sistema; e **(iv)** Imparcialidade nos Resultados Orgânicos: Manter rigorosa separação entre os resultados organizados algoritmicamente (orgânicos) e os anúncios pagos. A Google não aceita pagamento para alterar a classificação ou prioridade de um site nos

² Disponível em: https://www.youtube.com/intl/ALL_br/howyoutubeworks/recommendations/.

³ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/6342839?hl=pt-BR#zippy=>.

resultados de busca orgânica.

A funcionalidade da ferramenta se assemelha a uma biblioteca virtual gratuita que, em um universo de bilhões de páginas da web (URLs), é capaz de indexar URLs de acordo com o interesse do usuário. De maneira específica, a pesquisa funciona em três etapas, a Google: (i) procura na internet páginas na web já existentes que se relacionem com a palavra-chave utilizada pelo usuário; (ii) compila as URLs relevantes encontradas; e (iii) entrega ao usuário os resultados para sua pesquisa.

Além do YouTube e da Pesquisa Google, a Google também oferece ao usuário modelos de inteligência artificial para os auxiliar nas atividades e pesquisas – cada qual com a sua função. O **Gemini Apps** consiste em uma interface para um modelo de inteligência artificial generativa multimodal⁴ e um assistente virtual. O Gemini Apps utiliza o “Gemini 3” como seu modelo de inteligência subjacente, representando a interação mais segura desenvolvida pela Google até o momento. A missão do Gemini Apps é ampliar as capacidades humanas por meio da inteligência artificial, oferecendo uma ferramenta colaborativa, intuitiva e útil para a criação de conhecimento, programação, síntese de dados e resolução de problemas complexos.

Como parte do serviço oferecido pelo modelo de inteligência do Gemini 3, o “Modo IA” na Pesquisa Google refere-se às interfaces e modalidades avançadas de interação direta do usuário com os modelos de ponta da Google. A ferramenta foi criada para servir como um colaborador direto e personalizado do usuário, transformando a inteligência artificial em um parceiro ativo de produtividade e ideação. O seu funcionamento permite raciocínio em tempo real, capacidade de análise de arquivos extensos, geração de código e execução de tarefas multifacetadas mediante instruções (*prompts*) em linguagem natural.

Por fim, as “Visões Gerais” criadas por inteligência artificial representam a integração da inteligência artificial generativa diretamente na Pesquisa Google. Em vez de exigir que o usuário abra múltiplos links para sintetizar respostas a perguntas complexas, a Visão Geral utiliza o modelo de inteligência Gemini 3 para gerar um resumo textual e analítico no topo da página de resultados de busca, compilando as informações mais relevantes da web e indicando as fontes e links originais para aprofundamento. A plataforma foi

⁴ Disponível em: <https://gemini.google/br/overview/?hl=pt-BR>.

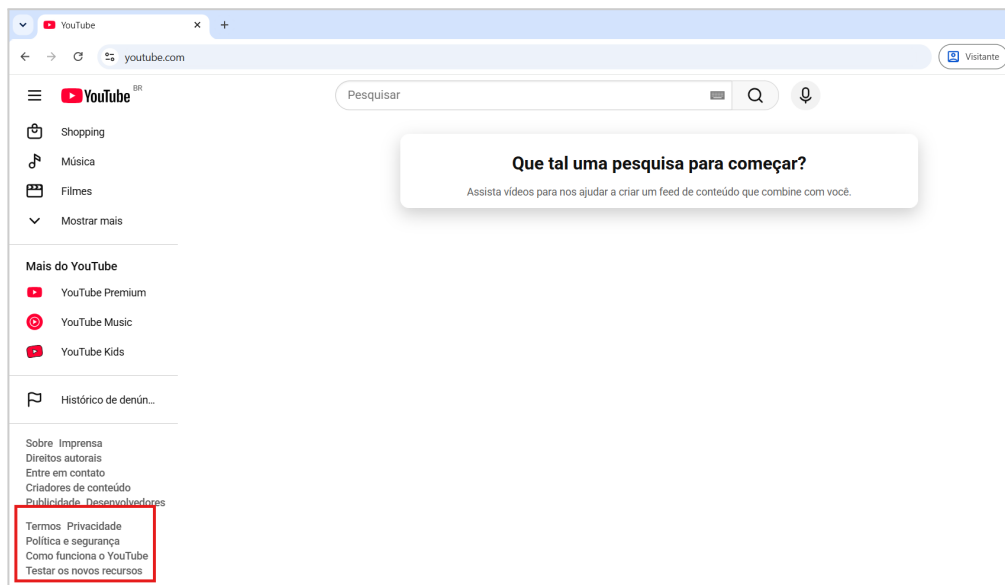
desenvolvida com o objetivo de reformular a experiência de busca, permitindo que os usuários compreendam tópicos complexos mais rapidamente, descubram novas perspectivas e façam perguntas mais detalhadas de forma direta, mantendo a missão central da Busca de conectar pessoas aos melhores conteúdos da web de maneira eficiente.

A partir dessas premissas, a Google dispõe de medidas concretas, políticas e ferramentas, dentro das particularidades de cada uma dessas plataformas, que visam atender às previsões editadas por esse Eg. Tribunal Superior Eleitoral. Diante disso, em atenção aos deveres previstos na Resolução/TSE nº 23.610/2019, o presente Plano será apresentado considerando os seguintes tópicos: **(i) termos de uso e políticas de conteúdos aplicáveis às plataformas; (ii) medidas tomadas pelas plataformas em caso de identificação de violações e ferramentas de denúncia disponibilizados aos usuários de conteúdos violadores; (iii) medidas tomadas pelas plataformas em caso de identificação de violações; (iv) políticas e relatórios de transparência; e, por fim, (v) políticas sobre anúncios.**

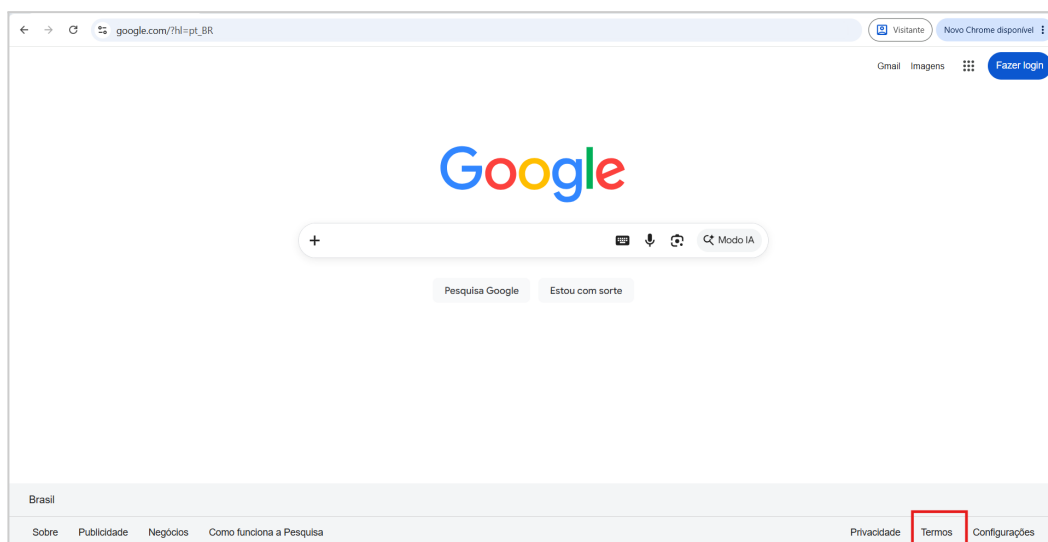
I)

Cada um dos produtos da Google dispõe de políticas de prevenção e coibição para evitar a proliferação de conteúdos irregulares e que não são compatíveis com os propósitos da empresa – no que se incluem materiais nocivos à lisura do processo eleitoral. Essas políticas garantem um ambiente responsável e que preserva um equilíbrio entre a livre expressão e manifestação artística, cultural, satírica, etc. e a vedação do abuso. As políticas são aplicadas a todos os usuários e tipos de conteúdos nas plataformas, incluindo aqueles cujo acesso é definido como restrito pelos titulares dos conteúdos.

As políticas são destacadas em cada um dos produtos da Google, em português e linguagem acessível, e podem ser consultados a qualquer momento, desde a criação da conta até durante o uso sem vinculação à conta alguma (visitante). A título exemplificativo, confirmam-se imagens com destaques para a localização das políticas no YouTube e na Pesquisa Google:



(<https://www.youtube.com/>)



(https://www.google.com/?hl=pt_BR)

O compromisso do YouTube na elaboração das políticas é orientado por um conjunto de 4 (quatro) princípios, denominados “4Rs”. A plataforma visa **(R.1)** remover conteúdo que viola as políticas o mais rápido possível; **(R.2)** reduzir a disseminação de conteúdo que está no limite da conformidade com as políticas; **(R.3)** recomendar vozes confiáveis quando as pessoas buscam notícias e informações; e **(R.4)** recompensar artistas e

criadores qualificados e confiáveis⁵.

Seguindo esses princípios, a definição das políticas busca harmonizar a legislação vigente no Brasil e as finalidades de cada uma das plataformas, considerando as suas funcionalidades e particularidades. Por isso, nem sempre o conteúdo definido como irregular pelas políticas é necessariamente ilegal. A título exemplificativo, o YouTube não autoriza a publicação de vídeos com conteúdo sexual, porque, embora em tese lícito, o material não se enquadra no conceito da plataforma. Em todo caso, sejam as políticas desenvolvidas especificamente para coibir conteúdo eleitoral nocivo, sejam aquelas mais gerais, vinculadas a outros contextos, a sua disposição e aplicação implica no cumprimento das obrigações previstas na Resolução/TSE nº 23.610/2019. Para dar densidade a essa conclusão, a peticionária apresenta abaixo com maior granularidade as políticas de conteúdos vedados no YouTube, Pesquisa Google e Gemini Apps.

(A) YouTube

No **YouTube**, o detalhamento das condutas admitidas ou não na plataforma é realizado no painel interativo das Diretrizes da Comunidade⁶, que se aplicam de forma objetiva e homogênea para todo tipo de conteúdo publicado, sem levar em conta características pessoais do criador do conteúdo em questão, seu eventual posicionamento político ou histórico de comportamento na plataforma. Todas as políticas levam em consideração o contexto e o objetivo do conteúdo, em especial quando há interesse educativo, documental, científico ou artístico⁷. Como forma de facilitar o entendimento dos usuários, as Diretrizes são divididas em áreas distintas, cada uma delas por sua vez subdivididas com explicações sobre tipos particulares de conteúdo e exemplos.

⁵ Disponível em: <https://blog.youtube/intl/pt-br/inside-youtube/os-4-rs-da-responsabilidade-parte-1/>

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/howyoutubeworks/our-policies/>

⁷ Para mais informações sobre como o YouTube avalia conteúdo educativo, documental, científico e artístico (EDSA), ver: <https://support.google.com/youtube/answer/6345162>

Cada uma dessas Diretrizes é ilustrada por meio de vídeos explicativos e/ou exemplos de conteúdos inapropriados. As Diretrizes também detalham **(i)** as consequências para o usuário que descumpri-las, como a remoção do conteúdo e outras medidas – o ponto será aprofundado no tópico seguinte; **(ii)** direcionam criadores de conteúdo a material adicional para aprofundamento (“*Acesse a Escola de Criadores de Conteúdo para mais informações*”) ou mesmo para canais oficiais de assistência – como no caso, por exemplo, da Política sobre suicídio e automutilação (“*O que fazer se você precisar de ajuda*”⁸); **(iii)** detalham sobre quais tipos de conteúdo (vídeo, *thumbnail*, comentários, *streams*, áudio, etc.) a política incide; e **(iv)** informações sobre exceções aplicáveis a conteúdo educativo e os passos que o criador deve tomar para seu conteúdo ser considerado apropriado, que passa por uma triagem específica⁹. De forma ainda mais específica, o painel interativo possui Diretrizes sobre:

- Desinformação

No YouTube, não é permitido conteúdo enganoso ou falacioso que constitua um risco sério de danos graves (**Políticas contra a desinformação**¹⁰). Dentre os conteúdos não autorizados, as Diretrizes da Comunidade preveem:

Categoria	Descrição	Exemplos
Supressão de participantes de um censo	Conteúdo que tem como objetivo fornecer informações incorretas sobre o horário, local, meios ou requisitos de qualificação para o censo ou vídeos que apresentam alegações falsas que podem desencorajar a participação	- Oferecer instruções erradas sobre como participar do censo. - Desencorajar a participação ao afirmar falsamente que o status de imigração do participante será informado a uma autoridade de segurança pública.

⁸ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2802245>

⁹ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/6345162>

¹⁰ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/10834785?hl=pt-BR>

Conteúdo manipulado	Mídia que foi editada ou adulterada para enganar os usuários (geralmente cliques fora de contexto) e que oferece risco de danos graves	- Legendas de vídeos com traduções incorretas que estimulam tensões geopolíticas e criam risco de danos graves. - Vídeos editados (geralmente cliques fora de contexto) com o objetivo de fazer parecer que um oficial do governo morreu. - Conteúdo em vídeo editado (geralmente cliques fora do contexto) para inventar eventos, criando risco de danos graves.
Conteúdo atribuído erroneamente	Vídeos que podem representar risco de danos graves ao afirmar falsamente que imagens de um acontecimento passado fazem parte de um evento atual.	- Conteúdo apresentado incorretamente como evidência de abusos de direitos humanos em um local específico, mas que na verdade se refere a outra região ou evento. - Conteúdo que mostra repressão militar contra manifestantes com alegações falsas de que as filmagens são de um evento atual, mas na verdade foram gravadas há muitos anos.

A plataforma também não autoriza a publicação de conteúdo desinformativo que possa causar danos concretos, como interferir em processos democráticos (**Políticas contra desinformação em eleições**¹¹). O compromisso do YouTube é manter uma plataforma aberta e que oferece acesso a notícias e fontes de jornalismo profissional, especialmente em momentos de participação popular no processo democrático, além de conectar as pessoas a conteúdo confiável sobre as eleições e garantir que os principais momentos ao vivo estejam facilmente acessíveis a um público amplo. Em paralelo a isso, as equipes do

¹¹ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/10835034>

YouTube trabalha em tempo integral para garantir que as políticas sejam aplicadas para evitar abuso e fornecer acesso a informações corretas durante o ciclo eleitoral.

A vigilância constante é um pilar das políticas e o YouTube está comprometido em manter o importante equilíbrio entre liberdade e responsabilidade, antes, durante e depois das eleições brasileiras de 2026. Como o YouTube tem alcance mundial, as políticas e os sistemas voltados às eleições são desenvolvidos e implementados com uma perspectiva global. As diretrizes da comunidade são aplicadas em vários idiomas e localidades, e os sistemas levam informações e notícias relevantes de qualidade a eleitores de todos os países em que o YouTube está presente.

No Brasil, a parceria com esse Eg. Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem sido a espinha dorsal do trabalho da Google ao longo do período eleitoral. Desde 2014, foram estabelecidas parcerias com a Justiça Eleitoral visando combater de forma ostensiva o fenômeno da desinformação online no contexto das eleições brasileiras. Ao longo das últimas eleições, a Google também formalizou parcerias com criadores confiáveis para proliferar informações de qualidade aos eleitores.

Por exemplo, considerando o compromisso com a amplificação de informações liderada por criadores de conteúdo, o YouTube estabeleceu, desde 2022, a iniciativa “Diálogos com o TSE”, um programa educacional especializado que aproxima os principais criadores de conteúdo diretamente ao Tribunal. Por meio de encontros com Ministros e Ministras do TSE e equipes técnicas, o programa visa desmistificar o processo eleitoral e proporcionar a esses criadores de conteúdo uma visão direta sobre a segurança, a auditabilidade e a transparência do sistema eletrônico de votação brasileiro. Ao capacitar essas vozes de alto impacto sobre a integridade operacional da Justiça Eleitoral, a iniciativa fomenta a disseminação orgânica de conteúdos de fontes confiáveis por toda a plataforma, capacitando os criadores a combater a desinformação eleitoral e a promover o letramento cívico junto aos seus diversos públicos.

Para além dessas iniciativas, o YouTube revisa e atualiza continuamente suas políticas e sistemas de acordo com cada contexto. As políticas proíbem determinados tipos de conteúdo relacionados a eleições democráticas livres e justas. O quadro descritivo abaixo indica alguns dos conteúdos vedados pelas Diretrizes da Comunidade:

Categoria	Descrição	Exemplos
Supressão de eleitores	Conteúdo que tem como objetivo fornecer informações incorretas sobre horário, local, meios ou requisitos de qualificação para votação, ou conteúdo com alegações falsas que podem desestimular a participação.	- Dizer aos usuários que eles podem votar usando métodos inválidos, como enviar mensagens de texto para um número específico. - Informar falsos requisitos de qualificação para votar, como dizer que somente eleitores com mais de 50 anos podem votar em uma eleição. - Informar aos usuários uma data de votação incorreta.

Qualificação dos candidatos	Vídeos que propagam declarações falsas sobre os requisitos técnicos de qualificação de candidatos políticos e representantes do governo eleitos para ocupar um cargo público. Os requisitos de qualificação considerados têm como base a lei nacional aplicável e incluem idade, cidadania e status de saúde.	- Declarações de que um candidato ou representante político eleito não está qualificado para a posição com base em informações falsas sobre a idade exigida para o cargo no país/região em questão. - Declarações de que um candidato ou representante político eleito não está qualificado para a posição com base em informações falsas sobre os requisitos do status de cidadania para o cargo no país/região em questão. - Declarações de que um candidato ou representante político eleito não está qualificado para a posição com base em informações falsas de que ele faleceu, não tem idade suficiente ou não cumpre os requisitos de qualificação.
Incitar o público a interferir em processos democráticos:	Conteúdo que incentive outras pessoas a intervirem dessa maneira. Isso inclui a obstrução ou interrupção de um processo eleitoral.	- Pedir que os espectadores façam uma fila longa de votação para dificultar o voto de outras pessoas. - Pedir que os espectadores invadam sites do governo para atrasar os resultados de uma eleição. - Pedir que os espectadores incitem um conflito físico com funcionários de eleições, eleitores, candidatos ou outros indivíduos nos locais de votação para impedir o voto.

As Diretrizes da Comunidade igualmente contêm vedação para conteúdos relacionados a **(i)** falsificação de identidade de candidatos, coligações, partidos políticos, etc.; e **(ii)**

conteúdos manipulados com a finalidade de enganar usuários, dentre outros, bem como **(iii)** conteúdos criados com o uso de inteligência artificial generativa¹². Confirmam-se nesse sentido, alguns dos conteúdos vedados pelo YouTube:

Também podemos remover conteúdo específico referente a:

1 Desinformação eleitoral → Proibimos conteúdo que tem como objetivo fornecer informações incorretas sobre horário, local, meios ou requisitos de elegibilidade para votação, ou conteúdo com alegações falsas que podem desestimular a participação nas eleições.	2 Falsificação de identidade → Não é permitido conteúdo criado para se passar por outra pessoa ou canal, como um candidato político ou partido.	3 Requisitos para candidatura → Proibimos conteúdo que propaga declarações falsas sobre os requisitos técnicos de qualificação de candidatos políticos e representantes do governo eleitos para ocupar um cargo público. Os requisitos de qualificação considerados têm como base a lei nacional aplicável e incluem idade, cidadania e status de saúde.
4 Incitação à interferência → No YouTube, não é permitido conteúdo que incentive outras pessoas a interferir em processos democráticos, como obstruir ou interromper procedimentos de votação.	5 Conteúdo manipulado → No YouTube, não é permitido conteúdo que foi editado ou adulterado para enganar os usuários (geralmente além de cliques fora de contexto) e que possa apresentar sérios riscos de danos graves.	

Também reconhecemos que o conteúdo com foco nas eleições exige um cuidado a mais para garantir um debate político saudável. Por isso, às vezes, o conteúdo que poderia ser considerado como violação às nossas é mantido no YouTube, caso tenha contexto [educativo, documental, científico ou artístico \(EDCA\)](#).

Em alguns casos, podemos abrir exceções para conteúdo EDCA com base no interesse público. Isso pode incluir, por exemplo, conteúdo de candidatos políticos nacionais em campanha eleitoral.

(https://www.youtube.com/intl/ALL_br/howyoutubeworks/elections/)¹³

- Spam e práticas enganosas

Partindo da premissa institucional de que a confiança constitui um dos pilares centrais da comunidade do YouTube, a seção de diretrizes sobre *Spam e Práticas Enganosas*¹⁴ veda a postagem de conteúdos que tenham a intenção de aplicar golpes, enganar os usuários, enviar *spam* ou cometer fraudes. Para fins de estruturação e aplicação dessas diretrizes, esse módulo divide-se em **seis subseções específicas**: a política contra *spam*, a política contra falsificação de identidade, a política de *links* externos, a política contra engajamento falso, a política sobre *playlists* e a seção de outras políticas. Confirmam-se a disposição da

¹² Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/14328491>

¹³ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/10835034?hl=pt-BR>

¹⁴ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/9288567?hl=pt-BR>

referida segmentação na interface da plataforma, cujos termos específicos passam a ser detalhados a seguir:



Spam e práticas enganosas

A base da comunidade do YouTube é a confiança. Não permitimos a postagem de conteúdo com a intenção de aplicar golpes, enganar, enviar spam ou cometer fraude.

- [Política contra spam](#)
- [Política contra falsificação de identidade](#)
- [Política de links externos](#)
- [Política contra engajamento falso](#)
- [Política sobre playlists](#)
- [Outras políticas](#)

<https://support.google.com/youtube/answer/9288567?hl=pt-BR>

A **Política contra Spam**¹⁵ estabelece as diretrizes aplicáveis à prevenção de comportamentos, conteúdos ou metadados voltados a prejudicar a comunidade do YouTube, vedando expressamente o envio de comunicações não solicitadas e a manipulação dos sistemas da plataforma com a finalidade de induzir os usuários a erro. A política visa coibir a utilização de práticas enganosas para inflar o engajamento do público ou saturar os espaços da comunidade com promoções não orgânicas. A diretriz se aplica a todas as modalidades e formatos de conteúdo veiculados no YouTube – incluindo vídeos públicos, não listados ou privados, seções de comentários, *hiperlinks* e miniaturas (*thumbnails*) –, bem como a ações coordenadas praticadas por redes de canais.

O Youtube reconhece a legitimidade do emprego de diversas estratégias por parte dos criadores de conteúdo com a finalidade de promover canais e expandir sua audiência. Para assegurar que esse crescimento se dê de maneira segura e sustentável, as diretrizes impõem aos usuários o dever de abster-se de práticas baseadas em engajamento artificial, que atentem contra a integridade do ecossistema digital ou prejudiquem a experiência dos espectadores. Para orientar a comunidade, as *Diretrizes da Comunidade* estabelecem um rol exemplificativo das condutas tipificadas como violações à Política contra *Spam*, acompanhadas de seus respectivos exemplos práticos:

¹⁵ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2801973?sjid=103024717641119126-SA>

Conduta	Descrição	Exemplo prático
Manipulação do engajamento	Veiculação de conteúdo repetitivo ou padronizado voltado a inflar artificialmente o engajamento mediante o uso de ferramentas automatizadas (<i>bots</i>), coerção ou concessão de recompensas em troca de interações (como curtidas, visualizações ou inscrições). Ressalva-se a permissão para solicitações verbais diretas de interação voluntária.	Emprego de esquemas organizados de intercâmbio recíproco de inscrições (<i>"troca de inscrições"</i>).
Engajamento falso	Exploração indevida (<i>"exploits"</i>) de recursos interativos da comunidade, como enquetes ou postagens de imagens, com o objetivo de forçar a geração de métricas em detrimento do estímulo ao entusiasmo genuíno do público.	Publicação reiterada e diária de enquetes repetitivas e de baixo esforço criativo (por exemplo: <i>"Clique no coração se você gosta de comida"</i>).
Spam de comentários	Inserção reiterada ou enganosa de mensagens na seção de comentários, em salas de bate-papo ao vivo (chat ao vivo) ou em outros canais de comunicação para a atração forçada de tráfego ou geração inautêntica de engajamento.	Postagem em massa de mensagens idênticas ou análogas (como <i>"Assista ao meu canal"</i>) em centenas de vídeos distintos.
Mandar para fora da plataforma	Criação de conteúdo que tem como objetivo exclusivo redirecionar os usuários para sites eletrônicos externos, especialmente aqueles que hospedem materiais proibidos, como malware, conteúdo adulto ou comercialização de bens e serviços ilícitos.	Vídeo de curta duração que promete acesso a um <i>"filme inédito por R\$ 0"</i> , mas que direciona os espectadores para endereço eletrônico infectado por malware.
Evasão de detecção	Criação de conteúdo que tem como objetivo exclusivo redirecionar os usuários para sites eletrônicos externos, especialmente aqueles que hospedem materiais proibidos, como malware, conteúdo adulto ou comercialização de bens e serviços ilícitos.	Envio de episódio de série protegida com a imagem espelhada horizontalmente para esquivar-se dos sistemas de detecção.

Produção em massa automatizada ou sintética	Emprego de ferramentas automatizadas ou de IA generativa para a criação massiva de conteúdos análogos com alterações irrelevantes. Permite-se o teste pontual de ferramentas de criação e algumas variações de um mesmo vídeo.	Canais que reproduzem a mesma faixa musical de fundo e imagens repetitivas geradas por IA em vários vídeos, acompanhados da leitura automatizada de roteiros também elaborados por IA.
Conteúdo copiado	Repostar materiais extraídos de outros canais, plataformas digitais ou sites sem o acréscimo de elementos inéditos, como comentários originais, valor educativo próprio ou edição exclusiva.	Canal que replica clipes de terceiros na íntegra sem a adição de qualquer reação, edição transformadora, análise crítica ou contexto explicativo.
Golpes	Promoção de esquemas fraudulentos de investimento para “ <i>ganhar dinheiro rápido</i> ”, ofertas inverídicas de emprego ou compartilhamento de contatos falsos de “ <i>suporte ao cliente</i> ” com o propósito de captar ilicitamente dados pessoais particulares, como informações bancárias, senhas e documentos oficiais.	Vídeo que simula a identidade de empresa privada ou órgão governamental para induzir os espectadores a acessar link sob a promessa de benefício financeiro gratuito, resultando no roubo de senhas ou dados bancários.
Clickbait malicioso	Emprego de títulos, miniaturas, descrições ou imagens para induzir os usuários a acessar vídeos cujo conteúdo diverge do que foi anunciado.	Publicação de material audiovisual com título que anuncie a exibição da transmissão de uma partida esportiva, quando o vídeo apresenta apenas um clipe isolado.

A **Política Contra Falsificação de Identidade**¹⁶ prevê vedações ao uso não autorizado de informações sobre uma pessoa, entidade ou canal de forma que possa enganar ou induzir em erro os espectadores e prejudicar a comunidade do YouTube. A falsificação de identidade pode incluir a cópia enganosa da marca, do conteúdo ou dos nomes de usuário de indivíduos, canais ou entidades. Também pode incluir o uso de IA para copiar a voz ou a semelhança de uma pessoa e fazer parecer que o canal é autorizado ou de propriedade dela. Além disso, o YouTube protege os direitos dos detentores de marcas registradas. No contexto do processo eleitoral, a diretriz obsta a criação de canais ou a disseminação de

¹⁶ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2801947?hl=pt-BR>.

conteúdos que simulem maliciosamente a identidade de candidatos, agremiações partidárias ou órgãos da Justiça Eleitoral. A título ilustrativo, as Diretrizes da Comunidade elencam um rol de condutas que configuram violação material a esta política:

Exemplos

Veja alguns exemplos de conteúdo não permitido no YouTube:

- Usar "Real" ou "Oficial" no nome do canal para fingir que você é a versão autêntica do canal de outra pessoa.
- Fingir ser um canal de backup adicionando palavras como "Backup", "Shorts" ou "Live" ao nome de um criador de conteúdo.
- Usar IA para fazer parecer que uma pessoa famosa está participando do seu vídeo ou recomendando um produto.
- Enganar o público ao usar uma versão de IA da voz de alguém e metadados falsos para fazer um discurso forjado parecer real.
- Postar comentários que façam as pessoas pensarem que você é outra pessoa ou entidade.
- Copiar vídeos de outra pessoa e republicá-los como se fossem seus sem mudar nada ou adicionar comentários originais significativos.
- Usar um nome do canal ou identificador foneticamente idêntico ou visualmente semelhante a uma entidade estabelecida. Isso inclui o uso de erros ortográficos enganosos.

Esses são apenas exemplos. Não publique conteúdo se acreditar que ele pode violar esta política.

(<https://support.google.com/youtube/answer/2801947>)

A **Política de Links Externos** disciplina a vedação ao direcionamento de usuários do YouTube para conteúdos fora da plataforma que descumpram suas diretrizes da comunidade¹⁷. A incidência da política é irrestrita, aplicando-se a comentários (fixados ou não), vídeos, áudios, transmissões ao vivo, canais e qualquer outro recurso do serviço. Para assegurar a efetividade do controle normativo e coibir expedientes de burla técnica, a plataforma adota uma conceituação ampliada do vetor de direcionamento, alcançando qualquer formato concebido para encaminhar o espectador para fora do ambiente do YouTube. As políticas também proíbem o direcionamento para:

- (i) **Pornografia**: sites ou materiais de conteúdo pornográfico;

¹⁷ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/9288567?sjid=734910193544790381-SA>.

- (ii) **Softwares nocivos:** sites ou aplicativos que promovam a instalação de *malware* ou *softwares* indesejados;
- (iii) **Phishing e roubo de dados:** sites ou aplicativos de *phishing* voltados à coleta não autorizada de dados dos usuários, tais como credenciais de login, senhas e informações financeiras;
- (iv) **Acesso a conteúdo não autorizado:** sites, aplicativos ou outras fontes que concedam acesso não autorizado a conteúdos de áudio, audiovisual, videogames, *softwares* ou serviços de *streaming* habitualmente sujeitos a pagamento;
- (v) **Terrorismo:** sites voltados à arrecadação de fundos ou ao recrutamento para organizações terroristas;
- (vi) **Abuso sexual infantil:** sites eletrônicos que contenham imagens de abuso sexual infantil (CSAI);
- (vii) **Produtos regulamentados:** sites destinados à comercialização dos itens discriminados nas diretrizes de produtos regulamentados¹⁸ da plataforma;
- (viii) **Discurso de ódio e assédio:** conteúdos externos que violem as políticas vigentes da plataforma contra discurso de ódio ou assédio;
- (ix) **Incitamento à violência:** conteúdos que incentivem outras pessoas a cometer atos violentos;
- (x) **Interferência democrática:** sites ou aplicativos que disseminem conteúdo enganoso com potencial de apresentar sérios riscos de danos graves, incluindo a interferência em processos democráticos; e
- (xi) **Manifestos de agressores:** sites que contenham ou veiculem manifestos de agressores.

Os parâmetros operacionais dessas vedações são ilustrados por meio de casos concretos – como a repressão expressa a links que visem induzir o eleitorado a erro –, conforme se confere na reprodução abaixo:

¹⁸ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/922961>.

Exemplos

Confira alguns exemplos de conteúdo não permitido no YouTube.

- Um vídeo que tenha conteúdo sexual e uma descrição como "Clique aqui para assistir o que o YouTube não permite!" seguida de um link para um site pornográfico.
- Uma descrição de um vídeo de jogabilidade com um link que promete moeda do jogo ou crédito na loja on-line, mas está vinculado a um site que infecta o computador do usuário com malware.
- Postagem de um link para um site de phishing que rouba informações e senhas bancárias dos usuários.
- Instrução para que os espectadores copiem e coleem um link não clicável no vídeo que os direciona a um site pornográfico ou com spam.
- Qualquer link que leve os usuários a um site, serviço de hospedagem de arquivos ou outra fonte que permite acessar ou baixar imagens de abuso sexual infantil.
- Direcionar espectadores verbalmente a um site para encontrar um perfil ou página em outra plataforma onde é possível assistir conteúdo que viola as diretrizes da comunidade do YouTube.
- Incorporar um URL no vídeo para um site que tenta enganar eleitores sobre o horário, local, meios ou requisitos de qualificação para votar.

Vale lembrar que essa não é uma lista completa. Se você acredita que seu conteúdo possa violar a política, não o publique.

(<https://support.google.com/youtube/answer/9054257>)

A **Política Contra Engajamento Falso**¹⁹ pretende coibir qualquer prática voltada a aumentar artificialmente o número de visualizações, marcações "Gostei", comentários ou outras métricas por meio do uso de sistemas automáticos ou da veiculação de vídeos para espectadores que não os selecionaram. É vedada, também, a postagem de conteúdos criados com o objetivo exclusivo de incentivar o engajamento dos espectadores. O engajamento legítimo, por sua vez, é definido como aquele em que a intenção principal de um usuário humano seja interagir de maneira autêntica com o conteúdo. Já o engajamento ilegítimo enquadra-se como aquele decorrente de coerção ou enganação, ou que tenha como único objetivo lucrar com o envolvimento dos espectadores. A política especifica as condutas que configuram essa manipulação indevida de engajamento, ressaltando tratar-se de uma listagem não exaustiva aplicável a vídeos, descrições, comentários, transmissões ao vivo e a qualquer outro recurso da plataforma:

¹⁹ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/3399767>.

- (i) Conteúdos que promovam ou direcionem os usuários a serviços ou sites de terceiros concebidos para aumentar métricas artificialmente;
- (ii) Conteúdos que promovam ou direcionem os usuários a sites ou serviços de terceiros que aumentam a contagem de visualizações ou inscritos de forma manipulada;
- (iii) Oferta de promessa por parte do criador de se inscrever no canal de outros usuários em troca de inscrições no seu próprio canal (prática conhecida como "sub4sub");
- (iv) Conteúdo que exibe um criador comprando visualizações de terceiros com a intenção de promover esse serviço.

Como métricas para aferição do engajamento, as Diretrizes da Comunidade esclarecem que são atualizados em tempo real os números de inscritos exibidos **(i)** na página inicial do canal; **(ii)** no seletor de contas; **(iii)** na página de exibição do vídeo; e **(iv)** em sites e apps de terceiros que usam a API YouTube Data²⁰. As políticas informam que o tráfego classificado como artificial não será contabilizado na plataforma e poderá resultar em advertências à conta responsável. Contas encerradas e inscritos identificados como *spam* não serão contabilizados no total de inscrições ou visualizações, e por não constituírem espectadores ativos, a remoção deles não afetará o tempo de exibição, nem as visualizações reais do canal. Para orientar os usuários, os termos discriminam uma lista exemplificativa de condutas não permitidas:

²⁰ Disponível em: <https://developers.google.com/youtube/v3/>.

Exemplos

Veja alguns exemplos de conteúdo não permitido no YouTube.

- Depoimentos em vídeo nos quais o criador de conteúdo aparece comprando tráfego artificial para a própria página com um terceiro.
- Vídeos em que o criador de conteúdo inclui links para provedores de tráfego artificial de terceiros em um contexto promocional ou de recomendação. Por exemplo: "Consegui 1 milhão de inscritos com este vídeo em apenas um dia. Veja como fazer isso!"
- Conteúdo criado com a intenção de direcionar os espectadores a outro vídeo de maneira forçada ou enganosa, como um card de informação marcado incorretamente.
- Canais dedicados a tráfego de engajamento artificial ou à promoção de empresas voltadas a esse propósito.
- Qualquer conteúdo que conscientemente use um serviço para aumentar artificialmente o tráfego ao vivo ("viewbotting").

Esses são apenas exemplos. Não publique conteúdo se acreditar que ele pode violar esta política.

(<https://support.google.com/youtube/answer/3399767>)

As **Políticas sobre Playlists**²¹ têm como propósito evitar que usuários publiquem *playlists* no YouTube com conteúdo vedado pela plataforma. As *playlists* são uma excelente forma de combinar os vídeos que a comunidade pode querer ver como uma série. Embora não seja muitas vezes intencional, as *playlists* podem incluir conteúdo prejudicial à comunidade. Os Termos de Serviço descrevem exemplos de *playlists* vedadas no YouTube que incluem **(i)** *Playlists* com miniaturas, títulos ou descrições que violem as Diretrizes da Comunidade, como as que incluem conteúdo pornográfico ou imagens com intenção de chocar ou causar repulsa; **(ii)** *Playlists* com títulos ou descrições que levam os espectadores a acreditar que os conteúdos dos vídeos são diferentes daqueles que aparecem na *playlist*; **(iii)** *Playlists* com vídeos que individualmente não violam as políticas da plataforma, mas que formam uma coletânea que desrespeita as Diretrizes da Comunidade; **(iv)** *Playlists* que incluem vídeos removidos por violar as políticas do YouTube; e **(v)** *Playlists* que apresentem maus tratos físicos, sexuais ou emocionais de menores.

O rol de caráter meramente exemplificativo de *playlists* não permitidas na plataforma compreende:

²¹ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/9713446>.

Exemplos

Confira alguns exemplos de conteúdo não permitido no YouTube.

- Uma playlist com filmagens de bombardeios aéreos exibidas em noticiários com um título como "Melhores bombardeios"
- Uma playlist com um título que promova a segregação de pessoas com deficiências intelectuais
- Uma playlist que publique informações de identificação pessoal privadas, como número de telefone, endereço residencial ou e-mail de uma pessoa, com o objetivo explícito de direcionar abuso para ela
- Uma playlist com vídeos de pegadinhas perigosas ou ameaçadoras, como invasões domiciliares ou roubos falsos
- Uma playlist de vídeos envolvendo menores com um título como "sexy"

(<https://support.google.com/youtube/answer/9713446>)

As **Outras Políticas**²² da plataforma incluem:

Incentivo à violação dos Termos de Serviço	Qualquer tipo de conteúdo que incentive outros usuários a violar os Termos de Serviço da plataforma.
Postar conteúdo que já foi removido ou de criadores com contas restritas ou encerradas	Postar vídeos que já foram removidos por violar Termos de Serviço da plataforma, sendo que conteúdo de criadores com canais restritos ²³ ou encerrados é considerado fraude.

- Conteúdo violento ou perigoso

O incitamento ao ódio, o comportamento predatório, a violência explícita, os ataques maliciosos e o conteúdo que promove um comportamento nocivo ou perigoso não são

²² Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2801981>.

²³ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2802032>.

permitidos no YouTube. A plataforma não permite conteúdo que incentive atividades perigosas e ilegais que possam causar danos físicos ou morte²⁴ (**Política de Conteúdo Prejudicial ou Perigoso**²⁵), como desafios extremamente perigosos, pegadinhas perigosas ou ameaçadoras, conteúdos com referências a armas e explosivos, conteúdos que ponham em risco a segurança digital dos usuários, dentre outros.

O YouTube também não permite a veiculação de conteúdo violento ou sangrento destinado a chocar ou repugnar os usuários, nem conteúdo que incentive outras pessoas a cometer atos violentos (**Políticas de Conteúdo Violento ou Explícito**²⁶). Nisso se inclui a incitação de outras pessoas a cometer atos violentos contra indivíduos ou um grupo definido de pessoas; lutas que envolvam menores; filmagens, áudio ou imagens que envolvam acidentes rodoviários, consequências de ataques terroristas, lutas de rua, ataques físicos, imolação, tortura, cadáveres, assaltos ou outros cenários semelhantes com a intenção de chocar ou repugnar os visitantes; filmagens ou imagens que mostrem fluidos corporais, como sangue ou vômito, com a intenção de chocar ou repugnar os visitantes; filmagens de cadáveres com ferimentos significativos, como cadáveres mutilados. São igualmente vedados conteúdos com maus-tratos a animais e conteúdo dramatizado ou fictício em que não seja disponibilizado contexto suficiente ao visitante para compreender se as filmagens são dramatizadas ou fictícias. Os exemplos descritivos de conteúdos vedados também estão disponibilizados nas Diretrizes da Comunidade:

²⁴ A venda de determinados produtos também não é autorizada no YouTube. Para mais informações v.: <https://support.google.com/youtube/answer/9229611>; e <https://support.google.com/youtube/answer/7667605>.

²⁵ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2801964>.

²⁶ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2802008>.

Exemplos de conteúdo violento ou explícito, inclusive de material dramatizado ou fictício	Exemplos de conteúdo com maus-tratos a animais
Exemplos Seguem-se alguns exemplos de conteúdo não permitido no Youtube. • Incentivar outras pessoas a ir a um lugar específico para cometer violência, praticar violência numa determinada altura ou visar indivíduos ou grupos com violência. • Lutas de escola reais entre menores. Podemos permitir conteúdo se os menores estiverem apenas a brincar às lutas e tal for evidente para os visitantes. • Espancamentos ou confrontos fora do contexto de eventos desportivos profissionais ou com supervisão profissional. Mais exemplos Conteúdo violento ou explícito O Youtube não permite os seguintes tipos de conteúdo. Esta lista não é exaustiva. • Conteúdo que mostre filmagens de procedimentos médicos com a intenção de chocar ou repugnar visitantes. • Filmagens de crimes, como assaltos violentos, que não disponibilizem informação nem explicação aos visitantes. • Filmagens de telemóvel, de câmara de tablier ou de televisão em circuito fechado que mostrem feridos ou mortos de um acidente rodoviário, acompanhadas por títulos como “Acidente absurdo” ou “Aviso: muito sangue”.	Conteúdo com maus-tratos a animais Maus-tratos a animais refere-se a conteúdo que mostra a imposição maliciosa de danos físicos ou psicológicos graves que causem sofrimento a um animal. Podemos abrir exceções a conteúdo que apresente práticas geralmente aceites, como caça, captura, eliminação de pragas, preparação de alimentos, tratamentos médicos ou abate de animais, que mostrem danos infligidos a um animal ou grupo de animais. Seguem-se mais exemplos de conteúdo não permitido no Youtube: • Lutas de cães, luta de galos ou outras lutas de animais em que as pessoas forcem os animais a atacar-se. Permitimos conteúdo que mostre animais a lutas na natureza, como num documentário sobre a natureza. • Conteúdo que mostre negligência, maus-tratos ou sofrimento de animais para chocar o visitante ou glorificar o abuso, não disponibilize contexto educativo, documental, científico ou artístico suficiente. • Touradas em que se veja os touros a serem feridos, como quando são espetados com bandarilhas. • Caça através de práticas fora do comum, como bombas ou veneno. • Resgate encenado de animais em que estes estejam intencionalmente feridos ou sujeitos a situações perigosas para efeitos dramáticos.

• Vídeos de decapitações. • Agressões desiguais com títulos como: "Vê este tipo a ser espancado!".	A lista acima não é exaustiva.
---	--------------------------------

A plataforma também não autoriza conteúdo destinado a elogiar, promover ou ajudar organizações criminosas ou extremistas violentas (***Políticas sobre Organizações Criminosas Violentas***²⁷). Essas organizações não estão autorizadas a usar o YouTube para qualquer finalidade, incluindo o recrutamento. O YouTube baseia-se em muitos fatores, incluindo designações de organizações governamentais e internacionais, para determinar o que constitui uma organização criminosa ou terrorista.

Dentre os conteúdos vedados são previstos conteúdo produzido por organizações extremistas, criminosas ou terroristas violentas; conteúdo que elogie ou homenageie figuras terroristas, extremistas ou criminosas proeminentes a fim de incentivar outras pessoas a atos de violência; conteúdo que elogie ou justifique atos violentos praticados por organizações extremistas, criminosas ou terroristas violentas; conteúdo destinado a recrutar novos membros para organizações extremistas, criminosas ou terroristas violentas; conteúdo que represente reféns ou seja publicado com a intenção de abordar, ameaçar ou intimidar em nome de uma organização criminosa, extremista ou terrorista violenta; conteúdo que represente as insígnias, os logótipos ou os símbolos de organizações extremistas, criminosas ou terroristas violentas para as elogiar ou promover; conteúdo que glorifique ou promova tragédias violentas, como tiroteios em escolas. Os exemplos são igualmente descritos nas Diretrizes da Comunidade:

²⁷ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/9229472>.

Exemplos

Seguem-se alguns exemplos de conteúdo não permitido no YouTube.

- Carregamentos em bruto e não modificados de conteúdo criado por organizações terroristas, criminosas ou extremistas
- Celebração de líderes terroristas ou dos respectivos crimes em músicas ou memoriais
- Celebração de organizações terroristas ou criminosas em músicas ou memoriais
- Conteúdo que direcione os utilizadores para sites que apoiem a ideologia terrorista, sejam estes usados para disseminar conteúdo proibido ou para recrutamento
- Filmagens durante um evento violento grave ou mortal registadas pelo autor do mesmo, nas quais sejam visíveis ou audíveis armas, violência ou vítimas com ferimentos
- Links para sites externos que contêm manifestos de atacantes violentos
- Conteúdo de videojogos que tenha sido criado ou modificado ("modded") para glorificar um evento violento ou os responsáveis pelo mesmo, ou para promover organizações criminosas ou terroristas violentas.
- Incitamento de outras pessoas a cometer atos violentos contra indivíduos ou um grupo definido de pessoas
- Glorificação de violência contra civis
- Angariação de fundos para organizações criminosas, extremistas ou terroristas violentas

Tenha em atenção que estes são apenas alguns exemplos e não publique conteúdo se achar que o mesmo pode violar esta política.

(<https://support.google.com/youtube/answer/9229472>)

Outra conduta não autorizada pelo YouTube é o incitamento ao ódio (**Política de Incitamento ao Ódio**²⁸). Não é autorizado conteúdo que promova a violência ou o ódio contra indivíduos ou grupos que, ao abrigo da política do YouTube, façam parte de um grupo protegido, tendo por base os seguintes atributos: idade; classe social, etnia ou raça; deficiência; estatuto de imigrante; nacionalidade; religião; sexo, gênero ou orientação sexual; situação militar; vítimas de um evento violento grave e respetivos familiares. Os conteúdos vedados envolvem o incentivo ao ódio contra indivíduos ou grupos com base no fato de fazerem parte de um grupo protegido e o incentivo à violência contra indivíduos ou grupos com base no fato de fazerem parte de um grupo protegido. Não são autorizadas ameaças no YouTube e apelos implícitos à violência são consideradas ameaças reais. Qualquer conduta enquadrada nos critérios abaixo também é vedada pelo YouTube:

²⁸ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2801939>.

Outros tipos de conteúdo que violam esta política

- Desumanização de indivíduos ou grupos ao chamá-los de sub-humanos, compará-los a animais, insetos, pragas, doenças ou qualquer outra entidade não humana com base no facto de fazerem parte de um grupo protegido.
- Enaltecimento ou glorificação de violência contra indivíduos ou grupos com base no facto de fazerem parte de um grupo protegido.
- Utilização de insultos e estereótipos raciais, religiosos ou outros que incitem ou promovam o ódio com base no facto de alguém fazer parte de um grupo protegido. Isto pode assumir a forma de discurso oral, texto ou imagens que promovam estes estereótipos ou que os considerem factuais.
- Afirmação de que indivíduos ou grupos são física ou mentalmente inferiores, deficientes ou doentes com base no facto de fazerem parte de um grupo protegido. Isto inclui afirmações de que um grupo é inferior a outro, afirmando que os seus membros são menos inteligentes ou capazes. Isto também inclui apelos à subjugação ou ao domínio sobre indivíduos ou grupos com base no facto de fazerem parte de um grupo protegido.
- Promoção de supremacia com incitamento ao ódio, alegando a superioridade de um grupo sobre pessoas que fazem parte de um grupo protegido para justificar a violência, a discriminação, a segregação ou a exclusão. Isto inclui conteúdo que inclua propaganda supremacista com incitamento ao ódio, como o recrutamento de novos membros ou pedidos de apoio financeiro para uma ideologia, e vídeos de música que promovam supremacia com incitamento ao ódio nos metadados, nas letras ou nas imagens.
- Alegações de conspiração que atribuam intenção maldosa, desonesta ou maliciosa a indivíduos ou grupos com base no facto de fazerem parte de um grupo protegido.
- Negação ou minimização de eventos violentos graves devidamente documentados, ou de existirem vítimas de tais eventos.

Ainda em matéria de conteúdo violento e perigoso, o YouTube não autoriza conteúdos publicados com propósito de promover insultos prolongados ou calúnias com base nas

características físicas de alguém ou no fato de fazer parte de um grupo protegido (**Políticas de assédio e de cyberbullying**²⁹). Também não são autorizados outros comportamentos prejudiciais, como ameaças ou *doxing* (exposição de informações privadas ou de identificação pessoal).

Na definição das Diretrizes da Comunidade, essa política alcança conteúdo que inclua insultos prolongados ou calúnias com base nos atributos intrínsecos de alguém. Estes atributos incluem aspetos como fazer parte de um grupo protegido, características físicas ou ser vítima de agressão sexual, distribuição de imagens íntimas não consentidas, violência doméstica e abuso de menores, entre outros. Envolve também conteúdo carregado com o objetivo de envergonhar, enganar, insultar, sentir desconforto, vergonha ou inutilidade, com a intenção de o levar a ter comportamentos em que possa provocar danos a si mesmo ou à sua propriedade, ou participar em insultos direcionados a um menor de idade. A lista de exemplos de enquadramento na política é extensa:

²⁹ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2802268>.

Exemplos

Veja alguns exemplos de conteúdo não permitido no YouTube:

- Mostrar repetidamente fotos de uma pessoa e fazer comentários como: "Olhe os dentes dessa coisa, que nojentos!", e comentários semelhantes contra atributos intrínsecos ao longo do vídeo.
- Assediar um indivíduo por fazer parte de um [grupo protegido](#), como ao dizer "Olhe que [ofensa contra um grupo protegido]".
- Insultar gravemente com o objetivo de desumanizar um indivíduo por conta de atributos intrínsecos. Por exemplo: "Olhe essa mulher, que baranga! Ela tem o rosto de um animal e o corpo sarnento de um cachorro!"
- Atacar uma pessoa e desejar que ela morra ou fique seriamente ferida: "Eu odeio tanto essa mulher. Queria mais é que ela fosse atingida por um caminhão e morresse!"
- Mostrar um indivíduo identificável sendo assassinado ou seriamente ferido. Por exemplo: um vídeo que inclui o clipe de um filme em que um personagem é brutalmente executado. O vídeo é editado, substituindo o rosto do ator pela foto de um indivíduo real.
- Ameaçar a segurança física de alguém. Isso inclui ameaças explícitas, como: "Quando encontrar você no sábado, vou te matar". Também inclui insinuações de violência com declarações como: "É melhor tomar cuidado, vou achar você" enquanto empunha uma arma.
- Postar informações de identificação pessoal não públicas de um indivíduo, como número de telefone, endereço residencial ou de e-mail, de forma a direcionar atenção abusiva ou tráfego para ele. Por exemplo, dizendo: "Consegui este número de telefone. Liguem e deixem mensagens até alguém atender!"
- Fazer ataques ou abusos maliciosos contra pessoas identificáveis usando chat por voz em jogos ou mensagens durante uma transmissão ao vivo ("raiding", em inglês).
- Orientar os usuários a deixar comentários abusivos na seção de comentários de outros criadores de conteúdo.
- Adicionar links de sites externos que hospedam ou contêm imagens íntimas não consensuais.
- Pedir que outros usuários entrem em contato para compartilhar imagens íntimas não consensuais.
- Trotes para serviços de emergência, como direcioná-los enganosamente para o endereço de outra pessoa ("swatting", em inglês) ou incentivar os espectadores a fazer isso ou outros comportamentos abusivos.
- Perseguir ou tentar chantagear usuários.
- Conteúdo de videogame desenvolvido ou modificado ("mod") para promover a violência contra uma pessoa.

Vale lembrar que esta lista não está completa. Não publique conteúdo caso ele possa violar esta política.

(<https://support.google.com/youtube/answer/2802268>)

- Privacidade

Os produtos desenvolvidos pela Google – dentre eles o YouTube – priorizam a privacidade dos usuários³⁰. Para alcançar esse propósito, as diretrizes de privacidade da Google são desenvolvidas a partir de princípios que guiam os colaboradores da empresa, processos e

³⁰ Disponível em: <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-BR>.

produtos. O objeto final é proteger a integridade e a privacidade dos dados e colocar o usuário no controle das suas informações³¹. Os princípios são:

Princípio	Descrição
Ausência de caráter mercantil	Os dados são utilizados para que os produtos do Google sejam úteis nos momentos mais relevantes. Em qualquer contexto, as informações pessoais de usuários não são vendidas a ninguém.
Transparência	Todos os dados coletados e as razões pelas quais eles são tratados são informados ao usuário para que ele adote decisões conscientes sobre como usar os produtos da Google.
Controle das informações pessoais	A Google permite que o usuário escolha facilmente as melhores configurações de privacidade e possa controlar as informações pessoais compartilhadas com a Google quando quiser, incluindo análises, downloads, transferências e exclusão dos seus dados.
Minimização	Os dados utilizados pela plataforma são reduzidos para preservar a privacidade dos usuários.
Segurança	A Google utiliza uma das infraestruturas de segurança mais avançadas do mundo para proteger os dados de seus usuários. Além disso, a Google sempre reforça suas medidas de combate às ameaças digitais que estão sempre em evolução (como usuários de má-fé que tentam roubar suas informações pessoais) para detectá-las antes que cheguem até o usuário.
Tecnologias de privacidade avançadas	A Google realiza parcerias e investe recursos relevantes para o desenvolvimento de tecnologias de privacidade.

A partir desses princípios, os produtos da Google são desenvolvidos levando em

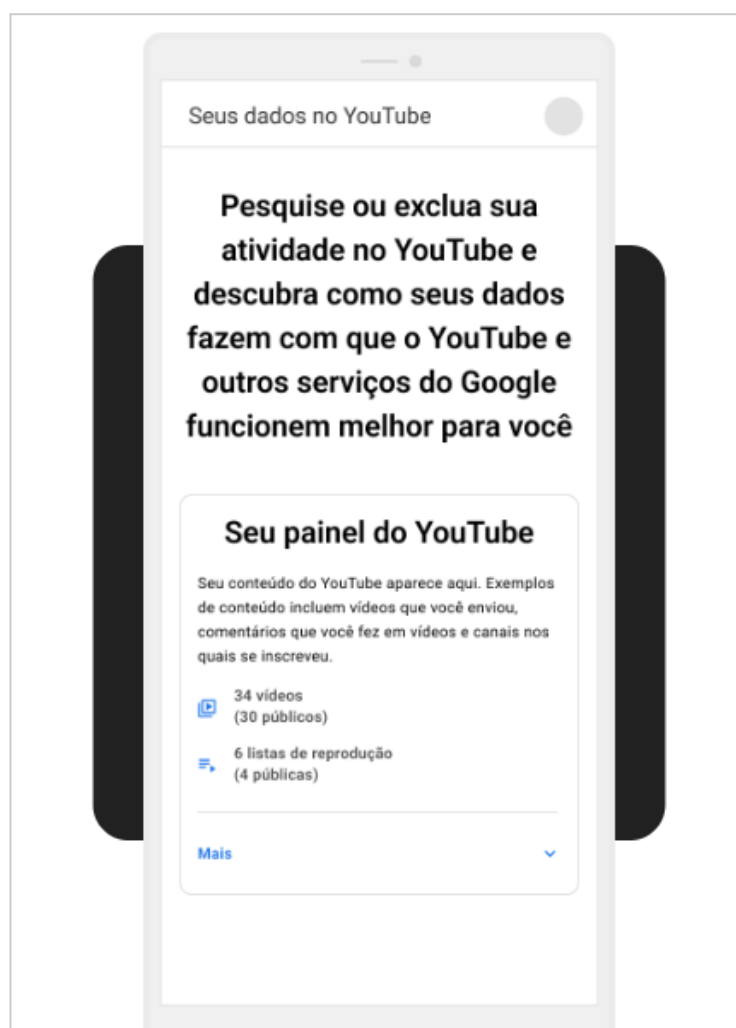
³¹ Disponível em: <https://safety.google/safety/privacy-practices/>.

consideração a privacidade desde a concepção. A empresa é extremamente criteriosa em relação a forma como coleta, usa e protege os dados de seus usuários. Nas configurações de privacidade, os usuários têm o controle sobre todos os dados que são coletados para personalizar os serviços oferecidos. Assim, os usuários podem escolher o que é melhor para eles e controlar as informações pessoais compartilhadas com o Google. As políticas de privacidade do Google informam os usuários sobre quais dados são coletados, como eles são tratados e por quê³².

As ferramentas de privacidade do YouTube são fáceis de usar e permitem que os usuários escolham a experiência que funciona para eles. Nesse contexto, em seus dados no YouTube³³, os usuários conseguem entender e controlar quais dados são salvos e como eles são usados na plataforma e no Google. Essa página dá acesso rápido aos controles de privacidade do YouTube. Os usuários conectados podem limpar ou pausar o histórico de pesquisa. Eles também podem remover termos buscados das sugestões de pesquisa usando as configurações de histórico do YouTube. Com isso, é possível otimizar a própria experiência na plataforma e decidir quais informações pessoais influenciam as recomendações. O YouTube também oferece o modo de navegação anônima, permitindo que os usuários conectados ao app YouTube naveguem de maneira privada em uma sessão. Dessa forma, o que eles estão assistindo deixa de ficar registrado nos históricos de pesquisa e de exibição da conta:

³² Disponível em: <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-BR>.

³³ Disponível em: <https://myaccount.google.com/yourdata/youtube?pli=1>.



(<https://www.youtube.com/howyoutubeworks/privacy/#overview>)

Adicionalmente, a plataforma disponibiliza uma funcionalidade denominada “Check-up de Privacidade”³⁴, que permite aos usuários a revisão das principais configurações de privacidade aplicadas em suas contas:

³⁴ Disponível em:

https://myaccount.google.com/privacycheckup?utm_source=pp&utm_medium=Promo-in-product&utm_campaign=pp_intro.



[\(Check-up de Privacidade\)](#)

Em relação à natureza coleta de dados, o YouTube visa, fundamentalmente, ao aprimoramento contínuo dos serviços prestados a todos os usuários. As informações processadas variam em complexidade, abrangendo desde a parametrização de configurações essenciais (como a identificação do idioma de preferência) até o desenvolvimento de personalizações avançadas (como o mapeamento de interações sociais prioritárias e a recomendação de conteúdos algorítmicos no YouTube). As informações coletadas e os respectivos métodos de tratamento variam de acordo com a modalidade de uso dos serviços e as configurações de privacidade definidas pelo titular. Para garantir a autodeterminação informativa, a Google oferece múltiplas modalidades de interação:

Usuário Autenticado (Com Login)	O uso associado a uma Conta Google permite a gestão centralizada de conteúdos e a entrega de resultados de pesquisa hiperpersonalizados. Nesta modalidade, as informações coletadas são armazenadas e vinculadas diretamente à Conta Google do usuário, sendo tratadas juridicamente como dados pessoais.
Usuário Não Autenticado (Sem Login)	O usuário pode utilizar o YouTube sem a necessidade de criar ou acessar uma conta. Nesse cenário, os dados coletados não são associados a uma identidade civil, mas armazenados por meio de identificadores exclusivos vinculados ao navegador, aplicativo ou dispositivo. Isso permite a

	manutenção de preferências sistêmicas sem identificar o indivíduo.
Navegação Privada (Modo Anônimo)	Utilizando ferramentas como o modo de navegação anônima, o usuário restringe o rastreamento local. Essa modalidade atua como uma camada extra de proteção sistêmica.

Em relação às formas de tratamento, a gestão de dados no aplicativo e na plataforma do YouTube ocorre por meio da Central "*Seus dados no YouTube*"³⁵ ou da "*Conta do Google*"³⁶, permitindo ao usuário controlar quais informações de atividade são salvas. O tratamento desses dados divide-se nas seguintes categorias operacionais:

- (i) **Dados vinculados à conta e históricos:** os históricos de pesquisa e exibição são utilizados para registrar conteúdos já assistidos, otimizar recomendações e exibir anúncios relevantes na plataforma e em outros serviços da Google. O usuário pode acessar, gerenciar ou excluir esses históricos na seção "*Seus dados no YouTube*".
- (ii) **Dados de localização:** A localização atual do usuário é calculada combinando a posição do dispositivo, os endereços comerciais ou residenciais salvos na Conta do Google e o endereço IP, visando à adequação de resultados de busca mais relevantes. Para assegurar a transparência e o controle pelo titular, a plataforma disponibiliza recurso dedicado à gestão do uso dos dados de localização no YouTube³⁷.
- (iii) **Personalização de anúncios:** A personalização publicitária baseia-se em previsões de interesse derivadas da atividade do usuário, interações com anunciantes parceiros e informações da Conta do Google. O usuário pode gerenciar as preferências ou desativar integralmente a personalização publicitária nas "*Configurações de Anúncios*"³⁸.

Em relação à gestão e exclusão de informações pessoais, a governança de identidade e o controle sobre os conteúdos produzidos no YouTube são estruturados para garantir autonomia ao usuário e clareza quanto ao ciclo de vida dos dados na plataforma:

³⁵ Mais informações em: <https://myaccount.google.com/yourdata/youtube?pli=1>.

³⁶ Mais informações em: <http://account.google.com/>.

³⁷ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/16604211>.

³⁸ Disponível em: <https://adssettings.google.com/>.

- (i) **Informações pessoais e identidade:** a gestão de dados como nome de exibição e foto de perfil ocorre de forma centralizada na Conta do Google, cabendo ao titular definir a visibilidade dessas informações para terceiros. O preenchimento de formulários de cadastro contidos em anúncios (como e-mail ou telefone) é estritamente opcional, não constituindo requisito para o uso continuado da plataforma.
- (ii) **Conteúdos Enviados (Uploads):** O acervo de vídeos e fotos enviados permanece armazenado e vinculado ao canal do usuário. A visibilidade dessas mídias e a sua elegibilidade para recomendação a outros espectadores são controladas diretamente pelo titular por meio das configurações de privacidade no *YouTube Studio*.

A remoção de informações gera efeitos definitivos na base de dados do YouTube, variando conforme a ação executada pelo usuário:

Ação	Impacto no Conteúdo e na Conta	Tratamento de Dados Residuais
Exclusão de Vídeo	Remoção permanente e irreversível do vídeo, tornando-o inacessível nos resultados de pesquisa do YouTube.	Métricas estatísticas consolidadas e anonimizadas (como o tempo de exibição acumulado) permanecem mantidas nos relatórios agregados.
Exclusão de Canal	Encerramento da conta com a eliminação definitiva de todo o acervo (vídeos, comentários, mensagens e playlists).	Apagamento integral do histórico e cessação definitiva da capacidade do usuário de publicar conteúdos ou interagir na plataforma.

Em relação ao regime geral de compartilhamento de dados, a regra fundamental da plataforma é o não compartilhamento de informações pessoais com terceiros. A transferência de dados ocorre exclusivamente em hipóteses estritas, auditáveis e sujeitas a rigorosas salvaguardas:

Consentimento Expresso	Compartilhamento mediante autorização prévia e clara do usuário (ex: integração com aplicativos externos). O compartilhamento de dados sensíveis exige consentimento explícito.
Gestão de Domínios Institucionais	Em contas corporativas ou educacionais, os administradores do domínio ³⁹ possuem gestão sobre o perfil para manutenção de segurança, alteração de credenciais e atendimento a solicitações governamentais ou obrigações legais.
Processadores Externos e Fornecedores	Contratação de parceiros estratégicos sob estritas obrigações contratuais de confidencialidade. Abrange o suporte à infraestrutura de data centers e a análise técnica de vídeos do YouTube voltada à preservação da segurança pública.
Atendimento a Requisições Legais e Proteção	Divulgação estritamente necessária para o cumprimento de obrigações legais, regulatórias, ordens judiciais ou solicitações governamentais. (Tais solicitações são contabilizadas e publicadas no Relatório de Transparência da Google ⁴⁰).
Informações Não Identificáveis e Tendências	Divulgação pública ou com parceiros comerciais de dados estritamente agregados e desprovidos de identificação pessoal, destinados a demonstrar tendências gerais de uso da plataforma.

A preservação da privacidade e a integridade dos dados no YouTube são sustentadas por uma infraestrutura de cibersegurança pautada por uma abordagem de defesa proativa. Para assegurar a proteção das informações em trânsito, a plataforma aplica protocolos contínuos de criptografia, mantendo a privacidade dos dados durante todo o seu tráfego na rede. Em paralelo, sistemas automatizados monitoram o ecossistema para identificar e neutralizar ameaças antes que alcancem o usuário, disparando alertas orientativos sempre que ações de mitigação se fazem necessárias.

Essa arquitetura de proteção é complementada pela disponibilização de ferramentas diretas de segurança da conta, a exemplo da Navegação Segura⁴¹, da Verificação de Segurança e da Autenticação em Duas Etapas (2FA)⁴². Por fim, no âmbito da governança interna, o acesso a informações pessoais é restrito exclusivamente aos funcionários,

³⁹ Disponível em: https://support.google.com/a?p=privpol_admin.

⁴⁰ Disponível em: <https://transparencyreport.google.com/user-data/overview>.

⁴¹ Disponível em: https://safebrowsing.google.com/?utm_source=pp.

⁴² Disponível em: https://www.google.com/landing/2step/?utm_source=pp.

contratados e representantes da Google que necessitem estritamente dos dados para o seu processamento funcional. Todos os operadores autorizados estão vinculados a obrigações contratuais rígidas de confidencialidade, sujeitando-se a penalidades disciplinares severas ou à dispensa dos quadros da empresa em caso de descumprimento dessas obrigações.

- Demais diretrizes gerais e políticas de uso e rotulagem de IA

Para assegurar autenticidade aos conteúdos publicados no YouTube, os criadores devem possuir uma conta Google própria⁴³. A criação dessa conta exige uma série de informações descritivas sobre o seu propósito (e.g., se a finalidade é para uso pessoal de um adulto ou criança, ou empresarial). Cada escolha limita ou amplia funções disponíveis nos produtos da Google. Tanto durante a criação da conta quanto ao longo do seu uso, validações de triagem humana são rotineiramente exigidas (e.g., leitura de QR Code via *smartphone* para validação da conta⁴⁴; adição de informações de recuperação de conta com número de telefone ou e-mail⁴⁵; solicitações periódicas de alteração de senhas, etc.). Para além de preservar a segurança da informação e privacidade dos usuários, esses mecanismos são desenvolvidos também para evitar a criação e uso de contas inautênticas:

⁴³ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/69961>.

⁴⁴ Disponível em:

https://accounts.google.com/lifecycle/steps/signup/name?continue=https://myaccount.google.com?utm_source%3Daccount-marketing-page%26utm_medium%3Dcreate-account-button&dsh=S-2077062432:1785423508481829&flowEntry=SignUp&flowName=GlifWebSignIn&TL=AE6FvyZ2CwYjjEBIc29zOpUpeg_Oizb2Pa8rWHoTrTN2NBizUQC7OYAMy-NwxarD.

⁴⁵ Disponível em:

https://support.google.com/accounts/answer/27441?hl=pt-BR&ref_topic=3382296&sjid=18400675987733676846-SA.

Verifique algumas informações antes de criar uma conta.

O Google precisa verificar algumas informações sobre seu dispositivo ou número de telefone antes que você possa continuar. Isso ajuda a manter você e outras pessoas seguras online, prevenindo abusos por parte de programas de computador ou bots.

Escaneie o código QR com seu celular.

Abra o aplicativo Câmera, escaneie o código e toque no link. Em seguida, siga mais alguns passos no seu celular para concluir a verificação. Você precisará voltar para este dispositivo para continuar.

Escanear o código QR não associará seu dispositivo ou número de telefone a nova Conta do Google.

Usar um endereço de e-mail atual

Você não precisa ter um endereço do Gmail para criar sua Conta do Google. Também é possível usar outro endereço para fazer isso.

Pesquise "provedores de e-mail sem custo financeiro" para encontrar outro provedor de que você goste e configurar uma conta. Depois de criar um novo endereço de e-mail, você poderá usá-lo para configurar uma Conta do Google.

Para usar um endereço de e-mail que você já tem em vez de um novo endereço do Gmail:

Computador Android iPhone e iPad

1. Acesse a [página de login da Conta do Google](#).
2. Clique em **Criar conta**.
 - No menu suspenso, selecione **Para uso pessoal**.
3. Digite suas informações básicas.
4. Clique em **Usar seu e-mail atual**.
5. Digite seu endereço de e-mail atual.
6. Clique em **Próxima**.
7. Use o código enviado para seu e-mail para verificar esse endereço.
8. Clique em **Avançar**. Siga as instruções na tela para criar uma senha e concluir o processo.

Etapa 2: proteger a conta com informações de recuperação

Caso você esqueça sua senha ou alguém acesse sua conta sem permissão, você poderá retomar a conta com informações de recuperação atualizadas.

- [Adicionar um número de telefone de recuperação](#)
- [Adicionar um endereço de e-mail de recuperação](#)

[Saiba como evitar o bloqueio da sua conta.](#)

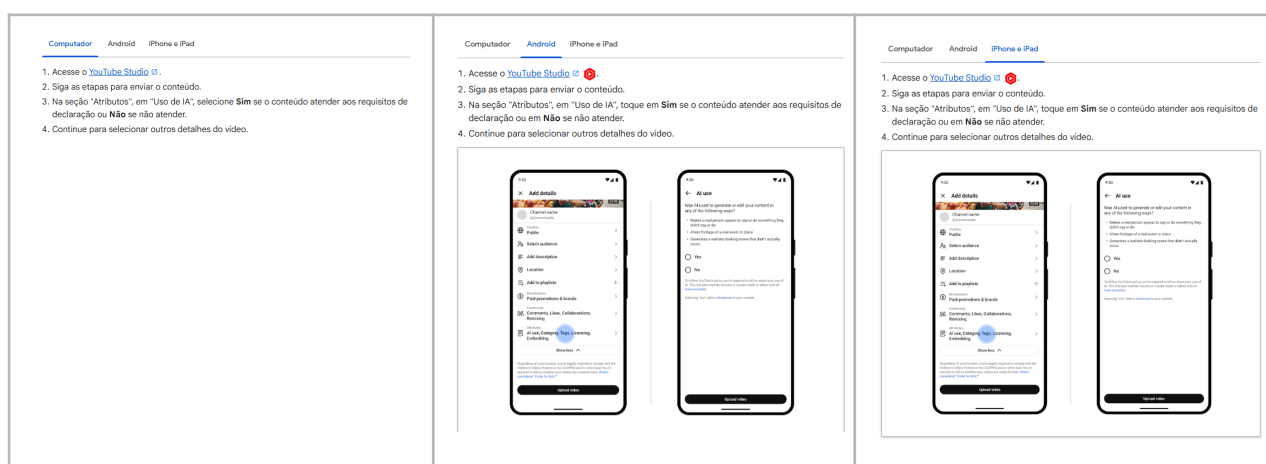
Em adição a essas previsões, o YouTube também desenvolveu políticas específicas em suas Diretrizes da Comunidade para o uso de **Inteligência Artificial (IA)**. Nesse campo, as políticas têm como objetivo proteger e capacitar pessoas criativas na era da IA, mas também manter a segurança da comunidade do YouTube, com a adoção de mecanismos seguros e efetivos para garantir que as proteções e os limites corretos estejam implementados. Como forma de aprimorar a efetividade de suas políticas, a Google realizou colaborações com outras empresas dos setores de tecnologia e mídia para estabelecer compromissos e padrões que reforcem a responsabilidade em relação à IA generativa, como o Tech Accord on Deceptive AI Election Content⁴⁶ e a C2PA⁴⁷.

Em termos de educação positiva e conscientização do ambiente, a plataforma investe em diversos meios de incentivo para que os criadores de conteúdos utilizem as ferramentas de edição ou geração de conteúdo de maneira inovadora e responsável. Como um dos meios de assegurar esse equilíbrio, o **YouTube solicita que os criadores sempre declarem quando usarem IA para alterar significativamente ou gerar conteúdo fotorrealista**, sobretudo quando o conteúdo: **(i)** faz uma pessoa real parecer dizer ou fazer algo que ela não diz ou fez; **(ii)** modifica filmagens de um evento ou lugar real; **(iii)** gera

⁴⁶ Disponível em: <https://securityconference.org/en/aielectionaccord/> (link em inglês com tradução disponibilizada pela plataforma Google).

⁴⁷ Disponível em: <https://c2pa.org/> (link em inglês com tradução disponibilizada pela plataforma Google).

uma cena com aparência realista que aconteceu. Tudo isso inclui conteúdo que foi alterado total ou parcialmente ou produzido com ferramentas de IA. Para facilitar a declaração, por parte dos criadores de conteúdo, de materiais significativamente alterados ou gerados por inteligência artificial, a plataforma disponibiliza a configuração “Conteúdo alterado”, aplicável a todos os vídeos e Shorts, tanto no fluxo de envio quanto no Creator Studio, acompanhada de tutoriais instrucionais detalhados para os usuários em computadores e dispositivos móveis operados por sistemas Android e iOS⁴⁸:



Como forma de auxiliar os usuários a identificarem os conteúdos que exigem a declaração de alteração por IA, as Diretrizes do YouTube descrevem um rol de situações meramente exemplificativas⁴⁹:

Exemplos de conteúdo que os criadores precisam declarar as alterações

Para ajudar a manter os espectadores informados sobre o conteúdo que estão assistindo, pedimos que os criadores avisem quando um conteúdo que parece realista for gerado ou alterado significativamente com IA.

Exemplos de conteúdos, edições ou assistências de vídeos que os criadores precisam informar que foram alterados:

⁴⁸ Disponível em:

<https://support.google.com/youtube/answer/14328491?hl=pt-BR&sjid=8338529257890082027-SA>.

⁴⁹ Disponível em:

<https://support.google.com/youtube/answer/14328491?hl=pt-BR&sjid=8338529257890082027-SA>.

- Música gerada com IA
- Geração de filmagem extra de um lugar real, como o vídeo de um surfista em Maui para um vídeo promocional de viagem
- Vídeos realistas gerados por IA de uma partida entre dois jogadores de tênis profissionais que existem
- Representação de uma pessoa dando um conselho que de fato não deu
- Representação realista de um tornado ou outro evento climático avançando em direção a uma cidade real, sem que isso tenha de fato acontecido
- Representação de trabalhadores de um hospital deixando de lado pacientes doentes ou feridos, sem que isso tenha de fato acontecido
- Representação de uma figura pública roubando algo que não roubou ou admitindo um roubo que nunca admitiu
- Representação de uma pessoa real sendo presa

Vale lembrar que a lista acima não inclui todas as possibilidades.

Sempre que os usuários selecionarem a opção “Sim” para indicar que o conteúdo é realista e foi gerado ou alterado significativamente com IA, um marcador é adicionado ao vídeo. Os marcadores para conteúdo de IA fotorrealista e significativamente alterado podem aparecer no player de vídeo dos Shorts ou diretamente abaixo dos vídeos de formato longo. Em outros tipos de conteúdo modificado por IA, o marcador é disponibilizado na descrição do vídeo (por exemplo, edições menores como filtros de beleza, personagens animados etc.⁵⁰):

⁵⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/intl/ALL_br/howyoutubeworks/ai/.



Esses classificadores de IA ajudam a detectar possíveis violações de conteúdo em grande escala e os analistas confirmam se as políticas foram realmente descumpridas. **Os criadores de conteúdo que consistentemente optam por não declarar essas informações estão sujeitos à aplicação manual de um rótulo ou a penalidades do YouTube, incluindo a remoção do conteúdo ou suspensão do Programa de Parcerias do YouTube.**

Sem prejuízo do investimento na conscientização dos usuários, o YouTube também desenvolveu **mecanismos proativos de identificação automática de conteúdo de IA**. A plataforma pode aplicar automaticamente um rótulo de IA no *layout/player* do vídeo ou na descrição expandida para: **(i)** conteúdo criado com as ferramentas de IA generativa do YouTube⁵¹; **(ii)** conteúdo que contém metadados da C2PA⁵²; e **(iii)** conteúdo que os sistemas internos detectarem como gerado ou alterado por IA. Em qualquer contexto, o conteúdo produzido ou modificado por IA deve respeitar os parâmetros estabelecidos pelas Diretrizes da Comunidade anteriormente mencionados.

⁵¹ Para mais informações: <https://support.google.com/youtube/answer/15627549>.

⁵² Trata-se de uma tecnologia baseada em norma aberta para a origem e a autenticidade do conteúdo, desenvolvida pela Coalition for Content Provenance and Authenticity (C2PA). Esta norma permite aos utilizadores compreender a autenticidade e a origem de diferentes tipos de multimédia, como imagens, vídeos e áudio. Para mais informações: <https://support.google.com/youtube/answer/15627549>.

- Detecção de Imagem no YouTube⁵³

Ademais, buscando enfrentar a rápida evolução das mídias sintéticas e os desafios singulares decorrentes da personificação indevida, o YouTube implementou, em 2026, sua tecnologia pioneira de detecção de imagem pessoal denominada *Likeness ID*⁵⁴. Sob essa estrutura, **criadores elegíveis, candidatos, candidatas e figuras públicas podem aderir ao programa diretamente por meio do painel do YouTube Studio.**

O procedimento inicia-se com um cadastramento biométrico seguro, no qual o usuário envia um reconhecimento facial juntamente com um documento de identificação oficial para comprovação de sua identidade. Esses dados biométricos são criptografados e utilizados exclusivamente para estabelecer um modelo de referência privado e seguro. Uma vez estabelecida essa identidade digital, o sistema automatizado de gestão de direitos do YouTube realiza a varredura contínua de todo o novo conteúdo de vídeo enviado à plataforma. Caso o sistema identifique uma correspondência visual na qual a imagem do usuário tenha sido replicada em mídias sintéticas ou geradas por IA, o usuário cadastrado é imediatamente notificado. Isso permite que candidatos, candidatas e agentes públicos analisem o conteúdo sinalizado em tempo real e apresentem um pedido direto e célere de remoção, com fundamento nas diretrizes de privacidade do YouTube. Essa salvaguarda técnica e proativa constitui uma linha de defesa contra o uso abusivo da IA generativa, promovendo um ecossistema digital mais seguro e transparente durante os períodos eleitorais.

⁵³ Disponível em:

<https://support.google.com/youtube/answer/16440338?hl=pt-BR&sjid=13738556320268551477-SA>.

⁵⁴ Disponível em: <https://blog.youtube/intl/pt-br/news-and-events/expandindo-deteccaodesemelhancas/>.

(B) Pesquisa Google

Assim como no YouTube, **a Pesquisa Google** também possui Termos de Serviço específicos. Considerando que a funcionalidade da Pesquisa Google é distinta daquela desempenhada pelo YouTube – como referido, a busca funciona como uma biblioteca virtual de catálogo do conteúdo publicado por terceiros na internet, sem hospedar conteúdo algum –, as suas políticas foram desenhadas a partir dessa particularidade, de modo a que os resultados da pesquisa sejam úteis e relevantes.

Milhões de usuários no Brasil utilizam a Pesquisa Google todos os dias para entender o que está acontecendo no mundo. E isso fica muito mais relevante em ano eleitoral. A ferramenta Google Trends – que mostra as tendências de pesquisa na Pesquisa Google – indica um crescimento exponencial de pesquisas políticas (e.g., inflação ou salário mínimo) em períodos eleitorais.

Dentre os conteúdos criados por terceiros na internet e indexados na Pesquisa Google, os resultados podem conter materiais considerados inadequados, ofensivos ou problemáticos por algumas pessoas. Para mitigar tais riscos, os sistemas automatizados da Google atribuem relevância adicional à confiabilidade do conteúdo quando o usuário pesquisa por tópicos de elevada importância – denominados pela empresa como consultas “sua vida ou seu dinheiro” (*your money or your life* - YMYL). A Google também implementa proteção contra conteúdo inadequado. Essa proteção, descrita nas políticas da plataforma, se aplica ao conteúdo exibido em qualquer parte da Pesquisa Google. Isso inclui páginas, imagens, vídeos, conteúdo de notícias ou outros materiais que o Google encontra na web. A Google também aplica salvaguardas mais rigorosas aos recursos que destacam ou exibem conteúdos sem que haja uma solicitação prévia e expressa por parte do usuário.

Tal como no YouTube, os Termos de Serviço da Pesquisa Google são detalhados com os tipos de conteúdo vedados e exemplos concretos de sua incidência. De forma específica,

a Pesquisa Google não admite os seguintes tipos de conteúdo⁵⁵:

1. **Material de exploração ou imagens de abuso sexual infantil:** a Google implementa princípios de segurança desde a concepção para impedir os usuários de buscar esse tipo de material na Pesquisa;
2. **Informações extremamente pessoais:** a Google pode remover determinadas informações pessoais que promovam riscos significativos de roubo de identidade, fraude financeira ou outros danos específicos, incluindo, entre outros, conteúdo de *doxxing* (exposição de informações privadas ou de identificação pessoal), imagens pessoais explícitas e pornografia falsa e não consentida⁵⁶;
3. **Spam:** no contexto da Pesquisa Google, *spam* se refere a técnicas usadas para enganar os usuários ou manipular os sistemas de pesquisa para destacar o conteúdo (e.g., a tentativa de manipular os sistemas da Pesquisa para classificar o conteúdo com uma alta posição ou manipular as respostas da IA generativa na Pesquisa Google). As políticas de *spam* ajudam a proteger os usuários e melhorar a qualidade dos resultados da pesquisa⁵⁷;
4. **Conteúdo com pedido de exclusão pelo webmaster e proprietários de sites:** mediante solicitação⁵⁸, são excluídos da Pesquisa Google conteúdos em que os *webmasters* ou proprietários de sites desejam bloquear dos resultados de busca.

Adicionalmente, a Pesquisa Google proíbe expressamente a exibição de categorias adicionais de conteúdo em recursos de alto contexto, tais como “Visões Gerais Criadas por IA” (AI Overview), Autocompletar e recursos análogos:

5. **Conteúdo perigoso:** conteúdos que possam facilitar diretamente danos graves e imediatos a pessoas ou animais. Isso inclui, entre outros, atividades, produtos ou serviços perigosos e ações de autoagressão, como mutilação, transtornos

⁵⁵ Disponível em: <https://support.google.com/websearch/answer/10622781?hl=pt>.

⁵⁶ Disponível em: <https://support.google.com/websearch/answer/3143948>.

⁵⁷ Disponível em: <https://developers.google.com/search/docs/essentials/spam-policies?hl=pt-br>.

⁵⁸ Disponível em: https://developers.google.com/search/docs/crawling-indexing/remove-information?visit_id=639210294464520199-1539953074&rd=1&hl=pt-br; e https://developers.google.com/search/docs/crawling-indexing?visit_id=639210294464520199-1539953074&rd=1&hl=pt-br.

alimentares ou abuso de drogas;

6. **Práticas enganosas:** conteúdos e contas que falsifiquem a identidade de qualquer pessoa ou organização, deturpem ou ocultem uma propriedade ou uma finalidade principal, ou que tenham um comportamento fraudulento ou coordenado para enganar, fraudar ou confundir. Isso inclui, mas não se limita a: (i) deturpação ou ocultação do país de origem ou da afiliação com algum grupo de interesse político ou governo; (ii) direcionamento de conteúdo para usuários em outro país sob premissas falsas; e (iii) trabalho em conjunto de maneiras que ocultem ou deturpem informações sobre relacionamentos ou independência editorial. Esta política não abrange conteúdo com determinados tipos de considerações artísticas, educacionais, históricas, documentais e científicas ou que incluam outros benefícios substanciais para o público;
7. **Conteúdo de assédio:** conteúdo que promova assédio, *bullying* ou ameaça. Isso inclui, entre outros, conteúdo que possa: identificar uma pessoa para ser alvo de abusos; fazer ameaças graves; sexualizar uma pessoa de forma indesejada; expor informações particulares de alguém que possam ser usadas para ameaças; depreciar ou menosprezar vítimas de violências ou tragédias; negar uma atrocidade; assediar de outras maneiras.
8. **Conteúdo de incitação ao ódio:** conteúdo que promova ou tolere a violência e a discriminação, que deprecie ou que tenha o objetivo principal de incitar ódio contra um grupo. Isso inclui, entre outros, foco com base em raça, origem étnica, religião, deficiência, idade, nacionalidade, *status* de veterano, orientação sexual, gênero, identidade de gênero ou qualquer outra característica associada à marginalização ou discriminação sistêmica. Exemplos incluem pessoas com *status* de refugiado ou de imigrante, menos favorecidas, em situação de rua e castas;
9. **Mídia manipulada:** conteúdo de áudio, vídeo ou imagem que tenha sido manipulado para enganar, fraudar ou confundir ao criar uma representação de ações ou eventos que comprovadamente não tenham ocorrido. Isso inclui conteúdo que levaria uma pessoa sensata a ter um entendimento ou uma impressão fundamentalmente diferente da realidade, ou seja, que pode causar danos significativos a grupos ou indivíduos ou prejudicar a participação ou a confiança no processo cívico ou eleitoral;

10. **Conteúdo médico:** conteúdo que contradiga ou seja contrário ao consenso científico ou médico e às práticas recomendadas baseadas em evidências;
11. **Conteúdo sexualmente explícito:** conteúdo com nudez, imagens de atos sexuais ou material sexualmente explícito;
12. **Conteúdo extremista violento:** conteúdo produzido por organizações ou indivíduos que usem violência contra civis para fins políticos, religiosos ou ideológicos. Isso inclui grupos terroristas classificados pelo governo, além de outras organizações e movimentos violentos que possam causar danos reais aos nossos usuários. Também são vedados conteúdos que facilitem ou promovam as atividades desses grupos, como recrutamento ou compartilhamento de materiais que possam facilitar danos, incitação à violência ou comemoração de ataques;
13. **Conteúdo violento e sangrento:** conteúdo violento ou sangrento que seja chocante, sensacionalista ou que mostre violência desnecessária. Isso inclui representações explícitas de: atos violentos ou incidentes que resultam em ferimentos graves ou morte sem contexto histórico ou educacional; órgãos internos ou ossos expostos sem contexto médico ou científico; vítimas identificáveis de mortes violentas; abuso ou assassinato de animais fora de práticas padrão de caça, processamento de alimentos ou culturais;
14. **Linguagem vulgar e obscena:** linguagem vulgar ou obscena com o objetivo principal de chocar, impressionar ou provocar.

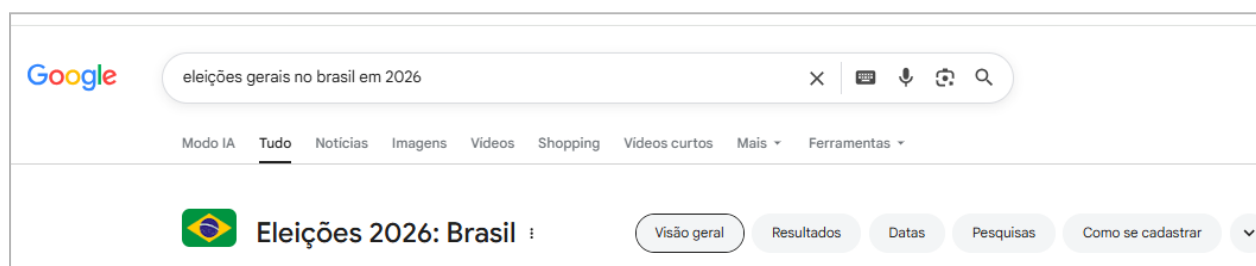
Embora essas categorias de conteúdo possam ser exibidas nos resultados ordinários do tipo “dez links azuis”, os sistemas de classificação da Google adotam precauções adicionais para minimizar sua exibição nos casos em que o conteúdo não seja relevante para a consulta formulada pelo usuário.

Como descrito anteriormente, a Pesquisa Google também possui outras funcionalidades internas para melhorar a experiência dos usuários, que estão sujeitas a políticas específicas do produto⁵⁹. Essas funcionalidades, em geral, facilitam o acesso à

⁵⁹ Disponível em: <https://support.google.com/websearch/answer/10622781?hl=pt>.

informação (e.g., preenchimento automático⁶⁰; painéis de dicionário⁶¹; trechos em destaque⁶²; caixas de imagem e vídeo⁶³; mapa de informações e painéis de informações⁶⁴; etc).

Outras iniciativas para aprimorar a qualidade das informações relacionadas às eleições brasileiras envolvem os painéis informativos. Tais painéis foram desenvolvidos com pioneirismo no Brasil para conectar o usuário com informações confiáveis e oferecer mais informação sobre temas que podem ser sujeitos a desinformação. Para ajudar com mais informações específicas sobre o pleito, esses painéis exibem dados encontrados na Pesquisa Google, coletados de fontes verificadas, não partidárias e externas, ou direcionam com um link direto para essas fontes⁶⁵. Alguns painéis já estão disponíveis para as eleições de 2026:



Foram vários os exemplos de sucesso dos painéis lançados em eleições anteriores, tais como sobre o de “Alerta de Integridade Eleitoral”, exibido na busca ou vídeo ao pesquisar sobre eleições no Brasil e que direcionava o usuário para informações oficiais do Eg. TSE, sobre “como votar”, sobre “informações de candidatos”, sobre os “resultados eleitorais”, sobre “urnas eletrônicas”, “locais de votação no dia da eleição” e sobre “como tirar o título de eleitor”⁶⁶. Os painéis informativos ampliam o acesso a informações de fontes confiáveis e já contemplam outros temas sensíveis⁶⁷:

⁶⁰ Disponível em: <https://support.google.com/websearch/answer/7368877>.

⁶¹ Disponível em: <https://support.google.com/websearch/answer/10106608>.

⁶² Disponível em: <https://support.google.com/websearch/answer/9351707>.

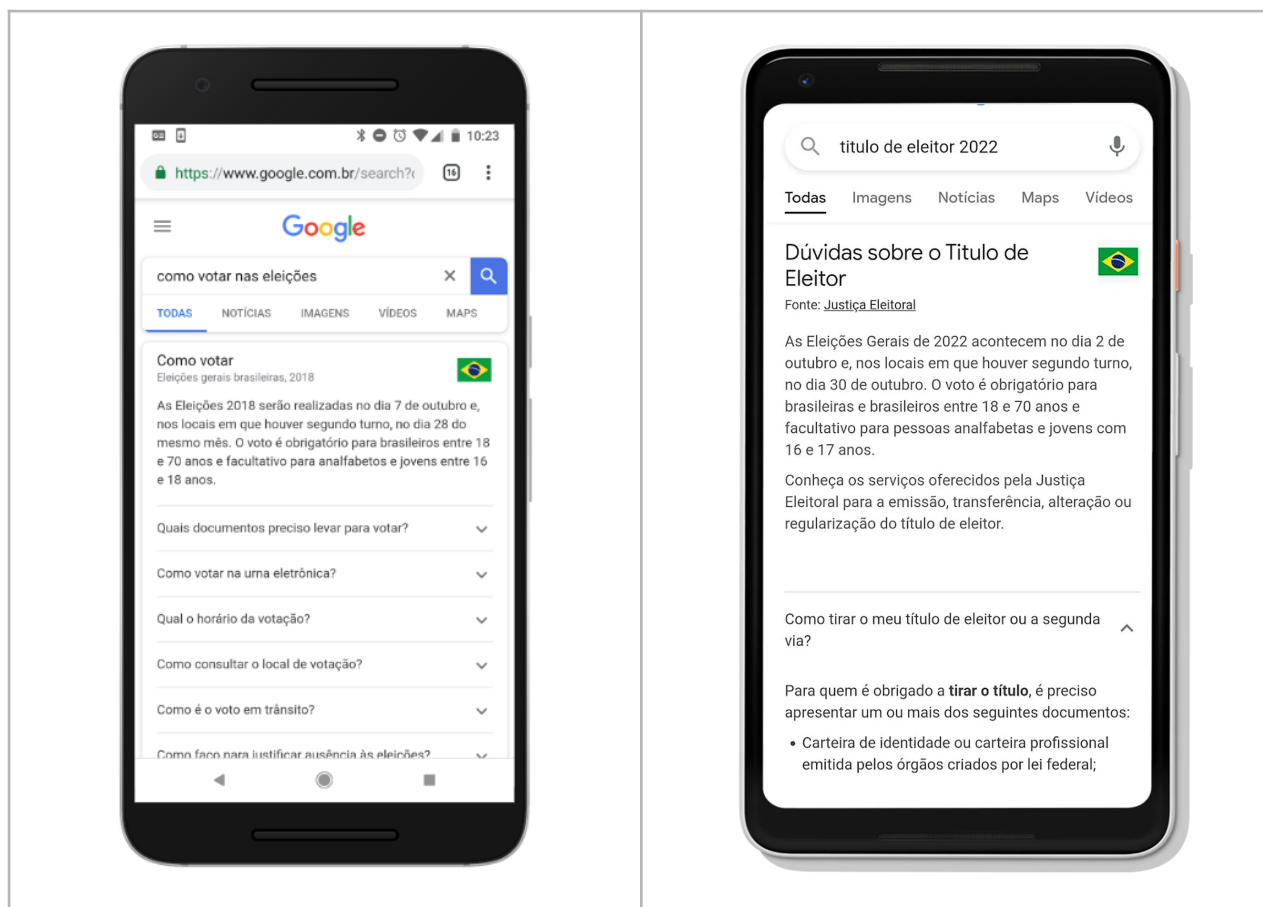
⁶³ Disponível em: <https://support.google.com/websearch/answer/10688017>.

⁶⁴ Disponível em: <https://support.google.com/knowledgepanel/answer/9787176>.

⁶⁵ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/10047535>.

⁶⁶ Em 2022, durante o primeiro e o segundo turno das eleições, os recursos “Como tirar o título de eleitor” e “Como votar” foram vistos quase **240 milhões** de vezes na Pesquisa Google (v. <https://blog.google/intl/pt-br/novidades/iniciativas/nosso-trabalho-nas-eleicoes-brasileiras-de-2022/>).

⁶⁷ Disponível em: <https://blog.youtube/intl/pt-br/inside-youtube/eleicoes2022/>.



Além de facilitar o acesso à informação confiável, a Google também se preocupa com a diversidade política. Para essa finalidade, o Google.org apoia financeiramente diversas organizações não governamentais (ONGs) com projetos destinados a oferecer apoio, capacitação e suporte a indivíduos de grupos sub-representados que queiram se candidatar a algum cargo político, e também de todo espectro político-ideológico.

(C) Gemini Apps

O Gemini Apps é uma interface para um Grande Modelo de Linguagem (Large Language Models – LLMs)⁶⁸ multimodal e assistente virtual. Em termos de funcionamento⁶⁹, a ferramenta não se baseia em respostas pré-programadas para responder aos comandos dos usuários.

A Inteligência Artificial (“IA”) tem o potencial de transformar o mundo de forma positiva. Por isso, a abordagem da Google para IA é fundamentada em três princípios: **(1)** a inovação ousada, com o desenvolvimento e a implementação de soluções cujos benefícios superem os riscos, promovendo avanços científicos, progresso econômico e a resolução de problemas reais; **(2)** o desenvolvimento responsável, com a implementação de abordagens de ponta para aprimorar padrões de segurança, além de mitigar resultados nocivos ou indesejáveis; e **(3)** o progresso colaborativo, ao criar ferramentas e parcerias que fortalecem o ecossistema de inovação e ampliam o uso da IA para benefício coletivo⁷⁰.

Guiada por esses princípios, a Google desenvolveu o Gemini Apps, um assistente de IA generativa. O Gemini Apps foi projetado para seguir as instruções dos usuários dentro desses limites de segurança, operando sob a premissa de que não deve adotar opiniões ou crenças específicas. No caso de assuntos subjetivos, o Gemini é criado para oferecer várias perspectivas quando o usuário não pede um ponto de vista específico. Por exemplo, se o comando pede informações sobre algo que não pode ser confirmado com fontes originais ou confiáveis (como opiniões sobre o que é melhor ou pior), o Gemini deve responder de uma maneira que traga uma ampla variedade de perspectivas. No entanto, já que LLMs como o Gemini treinam com o conteúdo disponibilizado na Internet, eles podem refletir opiniões positivas ou negativas ou até incorporar nas respostas visões parciais em

⁶⁸ Disponível em: <https://gemini.google/br/overview/?hl=pt-BR>.

⁶⁹ Disponível em: <https://gemini.google/br/overview/?hl=pt-BR#how-gemini-works>.

⁷⁰ Disponível em: <https://ai.google/principles/>.

relação a problemas sociais ou políticos controversos. O Gemini não deve responder de maneira que promova um ponto de vista específico sobre esses temas, e o *feedback* sobre esses tipos de resposta são utilizados no treinamento para o Gemini lidar melhor com eles⁷¹.

Além disso, a Google submete o Gemini Apps a regras rigorosas de moderação de conteúdo e segurança institucional. O uso do serviço é condicionado à Política de Uso Proibido da IA Generativa⁷², que veda o uso do serviço para fins ilícitos, enganosos ou que causem danos à sociedade. A Google adota diversos mecanismos técnicos e organizacionais no âmbito do Gemini Apps, incluindo:

Instruções de sistema e fundamentação: para os modelos que alimentam o Gemini Apps, a Google utiliza instruções de sistema que funcionam como orientações internas para os modelos para ajudar a prevenir certos tipos de respostas. O Gemini Apps também pode usar o método denominado “ancoragem” (“*grounding*”), que é o processo que fornece aos modelos informações verificáveis, vindas de fontes confiáveis, como contexto adicional para gerar suas respostas. Isso ajuda a proteger contra alucinações ou outputs factualmente incorretos, reduzindo o risco de respostas imprecisas ou inconsistentes ao contexto solicitado.

Classificadores e filtros: a Google utiliza classificadores para analisar e categorizar dados que permitem que o sistema tome ações específicas, como bloquear determinados tipos de conteúdo. Além disso, a Google utiliza filtros para outputs. Quando os prompts pertencem a categorias restritas pelas políticas, o sistema pode bloquear os outputs.

Ajuste fino e revisão humana: os modelos que alimentam o Gemini Apps passam por um processo contínuo de aprimoramento (ajuste fino) para ajudar a gerar respostas úteis, corretas e seguras, e para ajudar a evitar respostas que violem as políticas, como é o caso de material sexualmente explícito. Esse processo pode incluir diferentes técnicas, como ajuste fino supervisionado, aprendizado por reforço e feedback de usuários. Em termos simples, os modelos aprendem com

⁷¹ Disponível em: <https://gemini.google/br/overview/?hl=pt-BR>.

⁷² Disponível em: <https://policies.google.com/terms/generative-ai/use-policy>

situações em que os outputs foram indesejados para melhorar no futuro. Uma parte essencial desse aprimoramento é a revisão humana. Nela, revisores treinados analisam manualmente amostras selecionadas de prompts e de outputs, quando disponíveis. Essas amostras podem ser extraídas de registros de uso, criadas de forma sintética (referências artificiais para testes) ou elaboradas pelos próprios revisores. Os revisores realizam controle de qualidade e validam os resultados dos modelos, fornecendo feedbacks para refiná-los. A Google possui políticas específicas para treinar, avaliar e monitorar os revisores.

Testes adversariais: a Google realiza testes adversariais (*“red teaming”*), dentro dos limites da lei, feitos tanto por pessoas quanto por sistemas automatizados, para identificar e reduzir riscos de segurança. Nesse processo, especialistas testam o sistema tentando encontrar falhas, brechas ou comportamentos perigosos, como se estivessem simulando ataques ou usos indevidos. Os testes automatizados avaliam o Gemini Apps em larga escala, usando processos automáticos para testar rapidamente muitos cenários diferentes relacionados à segurança e ao comportamento dos modelos. Essas equipes tentam, de maneira deliberada, descobrir fraquezas, erros ou situações em que os modelos possam falhar. Os resultados dessas análises são enviados para a equipe responsável pelos modelos, que usa essas informações para endereçar problemas e melhorar a segurança do sistema.

Para manter a transparência e responsabilidade no uso e desenvolvimento da IA, desde 2019 a Google disponibilizou publicamente relatórios sobre o progresso da IA⁷³. Esses relatórios têm indicadores da publicação de pesquisas envolvendo IA, parcerias firmadas, investimento em educação e treinamento em IA ao redor do mundo, avaliação de governança e maturidade institucional para o uso de IA e autoavaliação de segurança (SAIF – *Risk Self Assessment*) para obter relatórios personalizados sobre riscos de IA. Confirmam-se abaixo alguns números do último relatório apresentado (2025):

⁷³ Disponível em: <https://ai.google/principles/>.



(<https://ai.google/principles/>)

Como em todos os produtos Google que envolvem IA, o Gemini App também foi desenvolvido a partir desses princípios e premissas. O Gemini Apps utiliza como modelo de inteligência o Gemini 3⁷⁴. Ele representa o modelo mais seguro até o momento desenvolvido pela Google, tendo sido submetido ao conjunto mais abrangente de avaliações de segurança de qualquer modelo de IA da empresa. Como referido, desenvolvido em estreita parceria com equipes internas de segurança e proteção, o Gemini 3 foi submetido a testes rigorosos por meio de *red teaming* (simulação realista de ataques cibernéticos em que especialistas agem como *hackers* para testar a segurança de uma empresa) e revisões de segurança alinhadas aos Princípios de IA e às políticas de segurança do Gemini. As avaliações mostraram que o Gemini 3 alcançou ganhos específicos na redução de adulação/*sycophancy* (tendência indesejada de os modelos concordarem com erros factuais), na resistência a injeções de *prompt* e na melhoria da proteção contra uso indevido cibernético.

⁷⁴ Disponível em: <https://blog.google/intl/pt-br/novidades/tecnologia/gemini-3/>.

A *Frontier Safety Framework*⁷⁵ atualizada foi central para a abordagem ao implementar o Gemini 3. A tecnologia envolve um conjunto de protocolos com o objetivo de identificar futuras capacidades de IA que possam causar danos graves e implementar mecanismos para detectá-las e mitigá-las. Esse programa foi projetado para trabalhar em sinergia com a pesquisa de alinhamento da Google, dentro do conjunto existente de práticas de responsabilidade e segurança de IA. Em sua terceira atualização, o *Frontier Safety Framework* introduziu um Nível de Capacidade Crítica (NCC) focado em manipulação prejudicial – especificamente, modelos de IA com poderosas capacidades de manipulação que poderiam ser mal utilizadas para alterar de forma sistemática e substancial crenças e comportamentos em contextos de alto risco identificados, ao longo das interações com o modelo, resultando razoavelmente em danos adicionais esperados em grande escala.

A estrutura contém um conjunto de protocolos projetados para identificar e mitigar riscos severos de modelos de IA de fronteira, tais como ataques cibernéticos, riscos QBRN (Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares) e manipulação prejudicial. A Estrutura baseia-se em um conjunto de “Níveis Críticos de Capacidade” (*Critical Capability Levels - CCLs*) – limiares nos quais as capacidades de um modelo, se não mitigadas, poderiam representar riscos graves. Isso inclui um novo CCL de pesquisa sobre manipulação prejudicial. Este CCL foca na capacidade de um modelo de manipular usuários de forma sistemática e substancial em interações diretas entre IA e humanos, o que poderia ser usado indevidamente para causar danos em escala severa. Essa adição consolida e operacionaliza pesquisas que foram realizadas para identificar e avaliar mecanismos que impulsionam a manipulação por meio da IA generativa. Para acompanhar o lançamento do Gemini 3, foi publicado um relatório documentando como a Google avaliou o modelo em relação a esses limiares e os motivos técnicos detalhados do porquê ele foi considerado seguro para implementação⁷⁶.

Dados de fontes externas também apresentam novos desafios de segurança se fontes não confiáveis estiverem disponíveis para executar instruções em sistemas de IA. Usuários mal intencionados podem tirar proveito disso ocultando instruções maliciosas em dados que têm alta probabilidade de serem recuperados pelo sistema de IA, a fim de

⁷⁵ Disponível em: <https://deepmind.google/blog/strengthening-our-frontier-safety-framework/>.

⁷⁶ Disponível em: <https://ai.google/static/documents/ai-responsibility-update-2026.pdf>.

manipular seu comportamento. Esse tipo de ataque é comumente denominado “injeção indireta de prompt” (*indirect prompt injection*). Para mitigar o risco imposto por essa classe de ataques, a Google implementou ativamente defesas efetivas em seus sistemas de IA, juntamente com ferramentas de medição e monitoramento⁷⁷.

Como parte do desenvolvimento da Inteligência Pessoal (*Personal Intelligence*), a Google também identificou as mitigações específicas necessárias para manter os usuários seguros enquanto são testados os limites de expansão da IA. Abaixo, seguem algumas das medidas implementadas pela Google para preservar a privacidade e segurança dos usuários do Gemini Apps⁷⁸:

Controle do Usuário	Os usuários têm a escolha de conectar ou não novas fontes de dados ao aplicativo Gemini ou ao Modo IA da Pesquisa (Search AI Mode), e também podem optar por interagir em conversas sem personalização, além de configurar sua atividade para exclusão automática.
Segurança dos Dados	Caso os usuários optem por participar, a Google utiliza a sua infraestrutura de segurança de ponta para garantir que os dados dos usuários sejam conectados com segurança ao aplicativo Gemini ou ao Modo IA da Pesquisa por meio da Inteligência Pessoal, garantindo a proteção dos dados mesmo enquanto impulsionam novas experiências personalizadas de IA.
Conhecimento	A plataforma tem trabalhado para capacitar os usuários com conhecimento sobre a Inteligência Pessoal, desde o reconhecimento de suas limitações até a disponibilização de recursos, como a Central de Ajuda do aplicativo Gemini e a Central de Ajuda do Modo IA, para que aprendam mais sobre como a Inteligência Pessoal interage com seus dados.

Outras ferramentas de segurança relevantes implementadas pela Google foram o *Big Sleep* e o *OSS-Fuzz*. Ambas têm como finalidade identificar falhas e vulnerabilidades desconhecidas em *softwares*. A partir dos esforços dessas ferramentas, a Google desenvolveu uma terceira, denominada *CodeMender*. O *CodeMender* é um agente de IA que usa as capacidades avançadas de raciocínio dos modelos Gemini para corrigir automaticamente vulnerabilidades críticas de código. O *CodeMender* amplia a segurança em escala, reduzindo o tempo necessário para corrigir vulnerabilidades em todo o

⁷⁷ Disponível em: <https://blog.google/security/how-we-estimate-risk-from-prompt/>.

⁷⁸ Disponível em: <https://ai.google/static/documents/ai-responsibility-update-2026.pdf>.

ecossistema de código aberto, representando um salto significativo na defesa proativa impulsionada por IA⁷⁹.

Sem prejuízo desses mecanismos efetivos de defesa contra agentes maliciosos, garantir que o Gemini Apps siga as diretrizes da plataforma traz desafios: as possibilidades de interação com o Gemini Apps são praticamente infinitas, e o mesmo vale para as respostas que ele pode dar. Isso ocorre porque modelos de linguagem grandes são probabilísticos e estão sempre gerando respostas novas e diferentes para os comandos dos usuários. Além disso, as respostas do Gemini Apps são influenciadas pelos dados em que foi treinado e, às vezes, ele pode refletir as limitações desses dados⁸⁰.

Para evitar danos, a Google utiliza uma combinação de sistemas automatizados e revisão humana para detectar atividades e comportamentos que sugerem uso indevido dos produtos de IA generativa⁸¹, por exemplo: **(a)** tentar gerar conteúdo para participar de atividades perigosas ou ilegais, ou violar leis ou regulamentações aplicáveis; **(b)** tentar gerar conteúdo que viole a privacidade, incluindo o uso da imagem de alguém sem consentimento e imagens íntimas não consensuais; e **(c)** usar conteúdo gerado para participar de fraudes, golpes ou outras ações enganosas. Não apenas isso, a Google também disponibiliza aplicações para **(d)** verificar se imagens, vídeos e áudios foram gerados com inteligência artificial⁸²; e **(e)** denunciar o uso não autorizado de imagens geradas ou alteradas com ferramentas de IA.

A Google disponibiliza duas tecnologias para verificar conteúdo com IA nos apps do Gemini Apps, o *SynthID* e o *Content Credentials*. O primeiro utiliza marcas-d'água invisíveis para determinar se imagens, vídeos e áudios foram gerados ou editados especificamente pelos modelos de IA do Google. Essas marcas d'água são imperceptíveis para os humanos, mas detectáveis por *softwares* especializados. A verificação SynthID é disponibilizada diretamente no aplicativo Gemini Apps⁸³.

⁷⁹ Disponível em: <https://ai.google/static/documents/ai-responsibility-update-2026.pdf>.

⁸⁰ Disponível em: <https://gemini.google/br/overview/?hl=pt-BR>.

⁸¹ Disponível em: https://support.google.com/gemini/answer/16625148?hl=pt-BR&ref_topic=13278591&sjid=6278783056824432022-SA.

⁸² Disponível em: https://support.google.com/gemini/answer/16722517?hl=pt-BR&ref_topic=13278591&sjid=6278783056824432022-SA.

⁸³ Disponível em: <https://ai.google/static/documents/ai-responsibility-update-2026.pdf>.

Por sua vez, o *Content Credentials* – padrão de Credenciais de Conteúdo desenvolvido pela *Coalition for Content Provenance and Authenticity* (C2PA) – funciona como um passaporte digital, documentando a origem e o histórico do conteúdo digital, e é usado para conteúdo com e sem IA. A Google forneceu contribuições substanciais para a versão mais recente (2.1) do padrão C2PA, para garantir que ele atenda às complexas necessidades do *hardware* e *software* modernos⁸⁴.

Com base em todos esses elementos, a Google definiu a abordagem do trabalho para o Gemini Apps: ele deve seguir as instruções de quem usa, se adaptar às suas necessidades e garantir uma experiência segura. A base da abordagem é o foco na responsabilidade, privacidade⁸⁵ e segurança. As diretrizes da política do Gemini Apps buscam evitar alguns tipos de resultados inadequados, tais como⁸⁶:

Conteúdo vedado	Descrição
Ameaças à segurança infantil	O Gemini Apps não deve gerar respostas que explorem ou sexualizem crianças, nem material de abuso sexual infantil.
Atividades perigosas	O Gemini Apps não deve gerar respostas que incentivem ou viabilizem atividades que possam causar danos na vida real. Isso inclui: instruções sobre suicídio e outros tipos de automutilação, incluindo distúrbios alimentares; e auxílio a ações que possam resultar em danos concretos, como orientações para a compra de drogas ilícitas ou guias para a fabricação de armas
Violência e imagens sangrentas	O Gemini Apps não deve gerar respostas que descrevem ou retratam violência

⁸⁴ Disponível em: <https://ai.google/static/documents/ai-responsibility-update-2026.pdf>.

⁸⁵ As informações sobre a Central de Privacidade dos apps do Gemini pode ser consultada em: <https://support.google.com/gemini/answer/13594961?hl=pt-BR>

⁸⁶ As informações abaixo podem ser consultadas em: <https://gemini.google/br/policy-guidelines/?hl=pt-BR>

	sensacionalista, explícita ou gratuita, seja ela real ou fictícia. Isso inclui: imagens sangrentas ou de ferimentos; e violência gratuita contra animais.
Fatos incorretos nocivos	O Gemini Apps não deve gerar respostas erradas que possam ser nocivas à saúde, à segurança ou à vida financeira das pessoas. Isso inclui: informações de saúde que vão contra o consenso médico ou científico estabelecido ou as práticas médicas baseadas em evidências; e informações incorretas que representem um risco à segurança física, como alertas equivocados de desastres ou notícias imprecisas sobre situações de violência em curso
Assédio, incitação e discriminação	O Gemini Apps não deve gerar respostas que incentivem a violência, promovam ataques maliciosos ou façam bullying ou ameaças contra indivíduos ou grupos. Isso inclui: incitações a atacar, ferir ou matar indivíduos ou grupos; argumentos que desumanizem ou justifiquem a discriminação contra indivíduos ou grupos com base em características protegidas por lei; e insinuações de que grupos minoritários protegidos por lei são inferiores ou não são humanos, como comparações ofensivas com animais ou alegações de que eles seriam perversos por natureza.
Material sexualmente explícito	O Gemini Apps não deve gerar respostas que descrevam ou representem atos sexuais ou de violência sexual de forma explícita ou gráfica, nem partes íntimas do corpo de maneira detalhada. Isso inclui: conteúdos pornográficos ou eróticos; e representações de estupro, assédio ou abuso sexual

Tal como nos demais produtos da Google, o contexto é relevante e considerado na análise e aplicação das políticas. Apesar dos esforços contínuos para mitigar esses desafios, o Gemini Apps pode, em alguns casos, produzir conteúdo que viole essas diretrizes, reflita pontos de vista limitados ou apresente generalizações excessivas, especialmente em resposta a comandos desafiadores. Os usuários são avisados sobre essas limitações por vários meios e incentivados a darem *feedback*. A plataforma também oferece ferramentas

práticas para pedir a remoção de conteúdo conforme a legislação aplicável e as políticas (o ponto será aprofundado no tópico II).

Todas as políticas descritas acima são aplicadas de forma rigorosa pela empresa, que investe na atuação de especialistas e em ferramentas automáticas de proteção e detecção de ameaças que podem interferir nos processos democráticos. Para essa finalidade são empregados mecanismos de remoção proativos – e.g., de detecção automática – e reativos – e.g., de recebimento e análise de denúncias formuladas por usuários, parceiros, autoridades, etc. –, que serão detalhados no tópico abaixo.

II)

Como antecipado, a cada minuto, centenas de horas de novo conteúdo são carregadas para o YouTube e indexados na Pesquisa Google. Por este motivo, a Google conta com milhares de pessoas em todo o mundo que analisam e removem conteúdo abusivo de suas plataformas.

(A) YouTube

Em relação ao **YouTube**, a empresa utiliza sistemas automáticos fundamentais para detectar padrões, o que ajuda o YouTube a encontrar conteúdo semelhante – mas não exatamente o mesmo – a outro conteúdo que já removido com base nas Diretrizes da Comunidade⁸⁷. Assim, a aprendizagem automática – um tipo de inteligência artificial (IA) que permite que os computadores executem tarefas complexas de uma forma semelhante à dos humanos – permite à empresa usar dados de revisões humanas anteriores para identificar conteúdo potencialmente em violação.

Alguns outros conteúdos podem depender de uma análise de contexto, o que ressalta a

⁸⁷Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/13304829>.

importância da revisão humana. É graças a essa sistemática complementar entre aprendizado de máquina e revisores humanos que os sistemas de aplicação do YouTube conseguem gerenciar o conteúdo total enviado à plataforma (mais de 500 horas de conteúdo por minuto), e analisar as nuances de violações em casos complexos⁸⁸. Além disso, a Google se esforça ao máximo para garantir que o conteúdo que viola as políticas do YouTube não seja amplamente exibido antes de ser removido. O resultado dessas medidas é que os vídeos que violam as políticas do YouTube geram uma fração de menos de 1% das visualizações no YouTube⁸⁹. Mais especificamente, dos vídeos removidos do YouTube no 4º trimestre de 2023 por violação às Diretrizes da Comunidade, 51,5% não tiveram nenhuma visualização, 26,4% tiveram entre 1 e 10 visualizações e 22,1% tiveram mais de 11 visualizações⁹⁰.

Outra importante ferramenta de sinalização de conteúdo inadequado é o **Programa Revisor Confiável do YouTube (Trusted Flagger Program)**, que fornece ferramentas avançadas a usuários, agências governamentais e organizações independentes (ONGs) que demonstram grande eficiência em notificar o YouTube sobre conteúdo que viola as Diretrizes da Comunidade⁹¹.

O Programa Revisor Confiável do YouTube inclui **(i)** uma ferramenta de sinalização em massa para denunciar diversos vídeos ao mesmo tempo; **(ii)** transparência em decisões sobre conteúdo sinalizado; **(iii)** análises prioritárias de sinalizações para ação mais rápida; **(iv)** discussão e *feedback* contínuos sobre várias áreas de conteúdo do YouTube; e **(v)** treinamentos online (somente para ONGs). O objetivo do programa é ajudar na aplicação das Diretrizes da Comunidade. Os participantes precisam se comprometer a sinalizar com frequência conteúdo que possa violar essas diretrizes, além de estarem abertos a participar de discussões e a receber *feedback* sobre várias áreas de conteúdo do YouTube.

Ainda, independentemente do Programa Revisor Confiável do YouTube, o YouTube recebe denúncias diretas de especialistas, acadêmicos, ONGs, organizações governamentais e autoridades públicas, que têm papel fundamental na denúncia de conteúdo inadequado. A propósito, a Google disponibiliza à comunidade do YouTube e ao público em geral

⁸⁸ Disponível em: <https://blog.youtube/intl/pt-br/inside-youtube/desenvolvimento-politicas-youtube/>

⁸⁹ Disponível em: <https://blog.youtube/intl/pt-br/inside-youtube/os-4-rs-da-responsabilidade-parte-1/>

⁹⁰ Disponível em: https://transparencyreport.google.com/youtube-policy/removals?hl=pt_BR

⁹¹ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/7554338?hl=pt>.

explicações didáticas sobre os mecanismos de aplicação das políticas do YouTube⁹².

De todo modo, sem prejuízo da aplicação direta das Diretrizes da Comunidade da Google, a Google também oferece a todos os usuários a opção de denunciar ou sinalizar conteúdo.

- Denúncias e remoções no YouTube por violações às Diretrizes da Comunidade

Todo usuário do YouTube tem acesso fácil, e em português, às instruções de como denunciar conteúdo inadequado⁹³ às Diretrizes da Comunidade do YouTube, com expressa garantia de anonimato e acesso a informações sobre o processamento da denúncia. Essas instruções são bastante detalhadas e, para facilitar a identificação, a Central de Ajuda do YouTube explica – “clique por clique” – o caminho a ser trilhado no site para denunciar cada tipo de conteúdo ou serviço, desde vídeos e *shorts*, até comentários, mensagem de *chat* ao vivo e anúncios.

A título exemplificativo, a forma de denúncia de um vídeo ou um *short* demanda apenas que o usuário (1) faça *login* no YouTube com o seu usuário e senha; (2) acesse o conteúdo que deseja denunciar; (3) clique em em “Mais (...)” seguido de “Denunciar”. Ao clicar no item, o usuário receberá uma ferramenta um pedido de esclarecimentos do tipo de problema que encontrou na plataforma. Assim, basta que (4) selecione a violação presente no vídeo.

Dentre as opções, a plataforma elenca ao usuário uma série de políticas para verificação de conformidade, dentre elas políticas que vedam conteúdo sexual; violento ou repulsivo; de incitação ao ódio ou abusivo; assédio ou *bullying*; atos perigosos ou nocivos; dentre outros. Confira-se o rol da plataforma:

⁹² Disponível em: <https://youtu.be/WK8qRNSmhEU> (legendas em português disponíveis).

⁹³ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2802027?hl=pt-BR&co=GENIE.Platform%3DAndroid#zippy=%2Cden%C3%Bancia-legal>.

Denúncia

Que tipo de problema você encontrou?

Vamos verificar o cumprimento de todas as diretrizes da comunidade, por isso, não se preocupe em fazer a escolha perfeita.

- ☐ Conteúdo sexual
- ☐ Conteúdo violento ou repulsivo
- ☐ Conteúdo de incitação ao ódio ou abusivo
- ☐ Assédio ou bullying
- ☐ Atos perigosos ou nocivos
- ☐ Suicídio, automutilação ou transtornos alimentares

Avançar

Denúncia

- ☐ Conteúdo de ameaça de vida ou morte
- ☐ Assédio ou bullying
- ☐ Atos perigosos ou nocivos
- ☐ Suicídio, automutilação ou transtornos alimentares
- ☐ Desinformação
- ☐ Abuso infantil
- ☐ Promove terrorismo
- ☐ Spam ou enganoso
- ☐ Problema jurídico

Avançar

O processo de denúncia também é simplificado para a identificação de canais inapropriados. Confira-se o procedimento para a denúncia de perfis na plataforma YouTube:

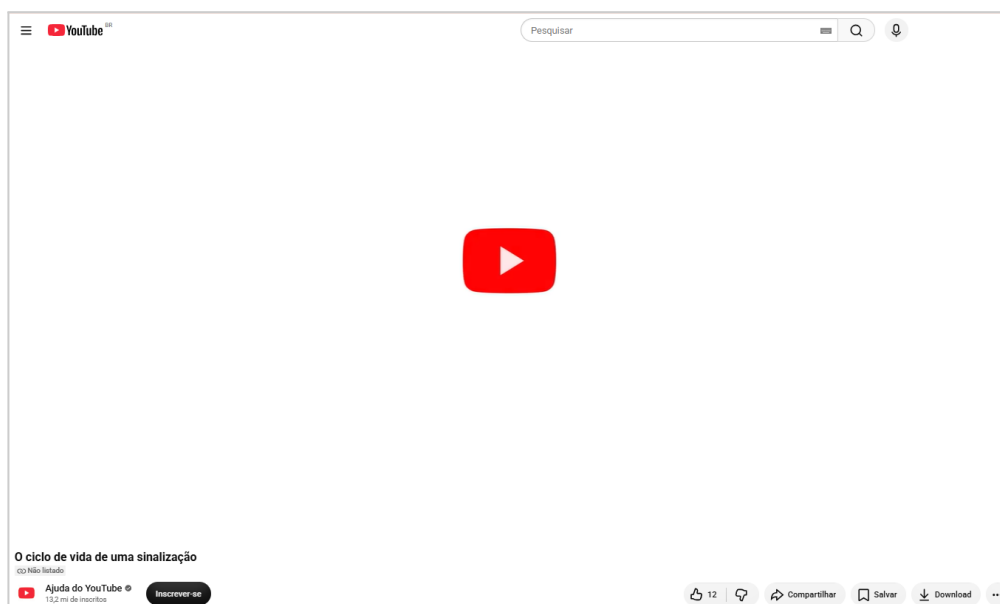
Denunciar um canal

É possível denunciar usuários, imagens de plano de fundo inadequadas ou avatares de perfil inapropriados.

1. Faça login no [YouTube](#).
2. Acesse a página do canal que você quer denunciar.
3. Clique em **...mais** na descrição do canal.
4. Clique em **Denunciar usuário**.
5. Selecione o motivo da denúncia:
 - Ocultar o usuário do meu canal
 - Denunciar arte do canal
 - Denunciar foto do perfil
 - Denunciar usuário
6. Selecione o motivo da denúncia > **Próxima**.
7. **Opcional:** talvez seja preciso informar mais detalhes na janela que aparecer. Adicione outras informações que você queira compartilhar.
8. Clique em **Próxima** > **Enviar**.

Observação: quando você denuncia um canal, não analisamos os vídeos. Usamos o conteúdo que você anexou à sua denúncia para entender melhor o canal, mas não verificamos se os outros vídeos violam nossas políticas. Os recursos que avaliamos incluem, entre outros, a foto do perfil, o identificador e a descrição do canal. Se você acha que vídeos específicos de um canal violam nossas políticas, [faça uma denúncia](#).

Também tendo em vista a adequada orientação de todos os usuários da plataforma, a Google produziu o vídeo “O ciclo de sinalização” (legendado em português) com o passo a passo para denunciar conteúdos por violações às Diretrizes da Comunidade YouTube. O vídeo pode ser acessado por meio do link a seguir:



(https://www.youtube.com/watch?v=a_6O27R02Ng)

Como detalhado no tópico I, as Diretrizes da Comunidade já proíbem, de forma abrangente e detalhada, condutas que caracterizam “*práticas organizadas de desinformação e de violência digitais*”. Como tal, elas podem ser denunciadas por meio dos procedimentos acima. Caso, por qualquer razão, determinado conteúdo ou prática não se encaixe exatamente nas hipóteses acima, a plataforma, no mesmo *link*, disponibiliza e informa sobre “*Outras opções de denúncia*”, nas quais o usuário ou seu representante legal pode enviar denúncias relacionadas a: **(i) violações à privacidade**⁹⁴ (como, por exemplo, nos casos da prática conhecida como “*doxing*”, intimidação por meio de publicação de dados pessoais), mediante critérios pré estabelecidos do remoção de conteúdo denunciado; **(ii) demais violações à lei**, nesse caso com instruções específicas para denúncia em tipos diferentes de conteúdo.

⁹⁴ Formulário para denúncia disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2801895>.

- Formulários específicos do YouTube para denúncia de conteúdos

Além da ferramenta de denúncia no YouTube por violações às Diretrizes da Comunidade, a Google também garante a todos o oferecimento de denúncia de violação de privacidade. Queremos proteger a segurança de todos no YouTube e, caso identifique vídeos ou comentários que violem a privacidade ou a sensação de segurança na plataforma – o que inclui gravações feitas sem conhecimento em circunstâncias particulares ou íntimas e a publicação de vídeos, canais, comentários ou outros posts, ainda que não viole a legislação do seu país – todos podem denunciar o conteúdo por meio do link:

(https://support.google.com/youtube/contact/privacy_complaint?sjid=14190972298945533094-SA).

Em outras palavras, todos podem denunciar conteúdo que inclua informações particulares sem permissão, como: (i) imagem pessoal, voz ou nome completo, fotos, áudios, vídeos ou palavras que identifiquem claramente quem você é; (ii) outras informações particulares, como dados de contato, documento de identificação, informações financeiras; informações de saúde (como histórico médico); e (iii) sua voz ou imagem alterada, gerada com IA ou recriada com outras ferramentas – por exemplo: modificar um rosto em um vídeo para parecer o seu ou simular sua voz dizendo algo que você não falou.

Nesse sentido, basta que o interessado acesse o formulário de Processo de Reclamação sobre Privacidade indicado acima e (1) Informe qual o problema de privacidade que deseja denunciar (upload da sua imagem, voz ou nome; upload de outras informações pessoais; ou utilização de IA para modificação da sua imagem ou voz); se atua em nome próprio ou como representante legal; (2) Preencha suas informações de contato para a Google; (3) Indique a URL exata do vídeo, o momento específico da aparição e como a pessoa pode ser identificada.

Confira-se, por exemplo, o recorte de tela para a denúncia de conteúdo que estaria utilizando a minha imagem, voz ou nome:

Sobre o conteúdo alvo da sua denúncia

Qual é o problema de privacidade que você quer denunciar? *

☒ Alguém compartilhou minha imagem, voz ou nome.

☐ Alguém compartilhou outras informações pessoais minhas.

☐ Alguém usou IA para modificar minha imagem ou voz.

Saiba mais sobre [conteúdo sintético e modificado](#).

protegido por reCAPTCHA
 

Próximo

Como podemos entrar em contato com você?


 Preencha este formulário com cuidado. Fornecer informações falsas pode resultar no encerramento da sua conta ou em outros problemas.

Seu nome completo *

País *

Brasil ▾

Endereço de e-mail *

Em alguns minutos, vamos enviar um e-mail com um número de rastreamento.

Você está fazendo a denúncia em nome de outra pessoa? *

Em meu nome, e tenho mais de 18 anos. ▾

Ajude a localizar suas informações no conteúdo

Inclua um link para cada conteúdo em que suas informações aparecem. Você pode incluir até cinco links.

Em quantos lugares do YouTube essas informações estão sendo compartilhadas? *

1

Por exemplo, se for em 1 vídeo e 1 post, selecione a opção "2". Se for em 3 comentários, escolha "3".

Onde essas informações estão sendo compartilhadas? *

Vídeo

Qual é o URL do vídeo? *

https://www.youtube.com/...

Adicione o URL do vídeo que você quer denunciar

Como suas informações aparecem no conteúdo? *

☐ Nas imagens
 ☐ No áudio (palavras faladas)
 ☐ Na descrição, no título ou nas tags
 ☐ Na miniatura do vídeo

Descreva sua aparência ou o que você está fazendo no conteúdo *

Essas informações nos ajudam a diferenciar você das outras pessoas. Somente nossa equipe de análise verá essas informações, e elas não serão compartilhadas com mais ninguém.

Com o recebimento da denúncia por privacidade, o YouTube notifica a pessoa que postou o conteúdo e possibilitará ao criador de conteúdo um tempo para remover ou editar as informações particulares no vídeo. Seu nome e dados de contato não serão compartilhados com ninguém de fora da equipe de análise do YouTube e – caso confirmadas as informações fornecidas – a empresa concederá um prazo de 48 horas ao remetente do vídeo para remover ou desfocar o conteúdo de forma voluntária antes da análise forçada.

O YouTube também disponibiliza formulário para solicitação de órgãos governamentais para remoção de conteúdo na plataforma⁹⁵.

⁹⁵ Disponível em: https://support.google.com/youtube/contact/yt_gov.

(B) Pesquisa Google

Os formulários de denúncia da Pesquisa Google também são publicamente disponibilizados e de fácil acesso. Titulares de sites podem utilizar a Ferramenta de remoção⁹⁶ em páginas hospedadas no seu site para que eles deixem de ser exibidos na Pesquisa Google. As solicitações feitas na Ferramenta de remoção duram cerca de 6 (seis) meses. Para bloquear permanentemente uma página dos resultados da Pesquisa do Google, o usuário pode escolher uma das opções abaixo:

- **Remova ou atualize o conteúdo da página.** Essa é a maneira mais segura de impedir que suas informações apareçam em outros mecanismos de pesquisa que talvez não respeitem a tag `noindex`. Isso também garante que outras pessoas não consigam acessar sua página.
- **Proteja a página por senha.** Com o limite de acesso, apenas os usuários certos podem ver a página, impedindo que o Googlebot e outros rastreadores da Web acessem o site.
- **Adicione a tag `noindex` à página.** Uma tag `noindex` só impede que a página apareça nos resultados da pesquisa do Google. Os usuários e outros mecanismos de pesquisa que não forem compatíveis com `noindex` ainda podem acessar a página.

(https://developers.google.com/search/docs/crawling-indexing/remove-information?visit_id=638064862957782210-1897057405&rd=1&hl=pt-br)

A Ferramenta de remoção também permite que os responsáveis por sites na internet possam remover imagens hospedadas em seus sites da Pesquisa Google. Há 2 (duas) maneiras de remover imagens no site dos resultados da pesquisa do Google: “*regras de bloqueio do robots.txt*”⁹⁷ e “*cabeçalho HTTP noindex X-Robots-Tag*”⁹⁸. Os dois métodos têm o mesmo efeito, e o usuário pode escolher o que funciona melhor para o seu site.

Além da Ferramenta de remoção, os usuários também podem denunciar resultados de

⁹⁶ Disponível em:

https://developers.google.com/search/docs/crawling-indexing/remove-information?visit_id=638064862957782210-1897057405&rd=1&hl=pt-br.

⁹⁷ Disponível em:

<https://developers.google.com/search/docs/crawling-indexing/prevent-images-on-your-page?hl=pt-br#robotstxt>.

⁹⁸ Disponível em:

<https://developers.google.com/search/docs/crawling-indexing/prevent-images-on-your-page?hl=pt-br#noindex>.

pesquisa que contenham *spam*, *phishing* ou *malware*. As técnicas de manipulação da classificação com o objetivo de comprometer a qualidade dos resultados da pesquisa do Google violam as políticas contra *spam* e podem prejudicar a classificação dos sites. Os formulários também são simples e didáticos:

Spam	Phishing/Malware
Denunciar páginas da Web com spam, enganosas ou de baixa qualidade Ajude o Google a entender o que há de errado com as páginas URL da página Exemplo: https://example.org/veryspammywebpage.html Adicionar outro URL O que há de errado com esta página? A página exibe conteúdo com spam Páginas com conteúdo irrelevante ou inútil que exploram os algoritmos do mecanismo de pesquisa para aparecer como resultados relevantes A página tem comportamento de spam Páginas que se envolvem em comportamentos abusivos para manipular a classificação do mecanismo de pesquisa A página é enganosa Páginas que não oferecem serviços on-line ou reais com a intenção de enganar ou fraudar o usuário A página é de baixa qualidade Páginas mal projetadas ou mal escritas, geralmente criadas em massa para atrair cliques de usuários, e não para informar ou gerar entretenimento A página contém links pagos Páginas que contêm/recebem links internos ou externos não naturais, artificiais, enganosos ou manipuladores Outro Qualquer outra estratégia abusiva de pesquisa ou SEO não mencionada acima	Denunciar uma página à Navegação segura do Google Se você acredita que encontrou uma página perigosa em que a Navegação segura do Google deveria mostrar um alerta ou uma página legítima em que um alerta é mostrado incorretamente, preencha o formulário abaixo para notificar a equipe da Navegação segura. Ao denunciar sites à nossa equipe, algumas informações da conta e do sistema serão enviadas ao Google. Vamos usar esses dados para proteger os produtos, a infraestrutura e os usuários do Google contra conteúdo potencialmente nocivo. Poderemos atualizar o status dessas páginas no nosso Relatório de Transparência, assim como compartilhar o URL e esse status com terceiros. Saiba mais sobre o Relatório de Transparência neste link. As informações sobre a denúncia serão mantidas de acordo com a Política de Privacidade e os Termos de Serviço do Google. A Navegação segura tem como objetivo proteger os usuários contra malwares, softwares indesejados ou engenharia social (por exemplo, conteúdo de phishing). Saiba mais sobre as ameaças evitadas pela Navegação segura e as políticas associadas neste link. Tipo de relatório* Esta página não é segura Tipo de ameaça Categoria da ameaça URL que você quer denunciar* Mais detalhes Enviar 0 / 800
https://search.google.com/search-console/report-spam?hl=pt-br	https://safebrowsing.google.com/safebrowsing/report_phish/?hl=pt-br

Os usuários – ou um representante – também podem solicitar a remoção de conteúdo pessoal da Pesquisa Google. Isso inclui conteúdo particular, sensível ou sexual sobre o usuário na plataforma. Qualquer pessoa pode denunciar conteúdo sexual ou com nudez que envolva menores de 18 (dezoito) anos. O formulário de denúncia é igualmente objetivo:

Informar um problema

* Campo obrigatório

Solicitar remoção de conteúdo pessoal da Pesquisa Google

As [políticas de conteúdo pessoal e de produtos](#) do Google são aplicáveis em qualquer lugar do mundo, e ainda temos processos para remover ou restringir o acesso a conteúdo com base na legislação local. Para remover conteúdo com base em um motivo jurídico específico, incluindo, mas não se limitando a mandados judiciais ou violações de direitos autorais e de marcas registradas, crie uma solicitação na [Central de Ajuda jurídica](#).

Você pode denunciar um conteúdo por motivos jurídicos e por violação das políticas de conteúdo ou de produtos, mas é necessário apresentar cada denúncia separadamente. Denunciar conteúdo por violação das políticas de conteúdo ou de produtos não substitui a denúncia por motivos jurídicos nem serve como aviso legal.

Por que você está solicitando a remoção de conteúdo pessoal da Pesquisa Google? *

- ☐ O conteúdo exibe nudez ou material sexual.
- ☐ O conteúdo contém suas informações pessoais.
- ☐ O conteúdo está em um site com práticas abusivas de remoção de conteúdo.
- ☐ O conteúdo mostra menores de 18 anos.

Seu país de residência *

Brasil

[\[https://support.google.com/websearch/contact/content_removal_form\]](https://support.google.com/websearch/contact/content_removal_form)

Os tipos de conteúdos que podem ser removidos são:

Tipos de conteúdo que podem ser removidos

Saiba mais sobre as política de remoção de conteúdo pessoal:

- Conteúdo relacionado a indivíduos menores de 18 anos
 - [Imagens de menores \(não explícitas\)](#)
 - [Material de abuso sexual infantil \(explícito\)](#)
- [Informações de identificação pessoal e conteúdo de doxing](#)
- [Conteúdo sexual pessoal](#)
- [Conteúdo sobre mim em sites com práticas abusivas de remoção](#)

Se o proprietário do site tiver removido as informações, elas também serão removidas da Pesquisa Google como parte do processo normal de atualização. No entanto, qualquer um também pode pedir a atualização de conteúdo usando a ferramenta adequada⁹⁹. Se o usuário encontrar conteúdo que indique violação de direitos autorais, determinadas violações de marca registrada ou qualquer outro tipo de informação que precise ser removida de acordo com a lei, também é possível solicitar a remoção em formulário próprio¹⁰⁰.

Em qualquer caso, a remoção de conteúdos dos resultados da Pesquisa Google não constitui o apagamento do material na internet. A Pesquisa Google atua como um serviço de indexação e não dispõe de capacidade técnica para excluir conteúdos hospedados em sites de terceiros. O material desindexado pode permanecer acessível diretamente por meio de sua URL de origem, distribuição em redes sociais ou motores de busca de terceiros. Por consequência,, a empresa recomenda aos usuários entrar em contato com o proprietário do site para solicitar a remoção direta antes de submeter um pedido à Google.

(C) GEMINI APPS

O Gemini Apps também disponibiliza recursos para que qualquer usuário envie *feedback* ou informe um problema relacionado a eventuais incorreções¹⁰¹. De forma específica, os principais canais estruturados para *feedback* e relatórios dos usuários são os seguintes:

Feedback com “polegar para cima” ou “polegar para baixo”. O Gemini Apps oferece aos usuários a opção de dar *feedback* com “polegar para cima” ou “polegar para baixo” sobre um resultado específico gerado por eles. Quando o Google recebe um *feedback* com “polegar para baixo” que indique que um resultado pode violar políticas de segurança, essas denúncias são triadas e avaliadas pela equipe de

⁹⁹ Disponível em: <https://support.google.com/websearch/answer/6349986>.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://support.google.com/legal/answer/3110420>.

¹⁰¹ Disponível em: <https://support.google.com/gemini/answer/13275746>

Confiança e Segurança (“*Trust & Safety*”) da Google, conforme apropriado, para determinar se há violação das políticas relevantes. A equipe responsável analisa as respostas sinalizadas geradas pelos aplicativos Gemini Apps para verificar a precisão das denúncias.

Se a equipe de Confiança e Segurança determinar que o conteúdo denunciado pelo usuário viola uma política relevante, ela tomará as medidas consideradas necessárias para reduzir a probabilidade de que a resposta ou o comportamento problemático ocorra novamente. Por exemplo, a equipe pode tomar uma das seguintes medidas em relação a conteúdos que violam as políticas no Gemini Apps: **(i)** aplicar um filtro para impedir que o Gemini Apps responda a e/ou com o conteúdo violador; ou **(ii)** se a denúncia exigir uma solução mais técnica e sistêmica, encaminhá-la à equipe de engenharia responsável.

Feedback por meio do aplicativo ou do site. O Gemini Apps oferece opções para que os usuários enviem comentários livres a qualquer momento, seja pelo aplicativo ou pelo site. Esses envios dos usuários são encaminhados a uma equipe interna de operações para monitoramento. Essa equipe interna de operações pode encaminhar os relatos à equipe de engenharia para a implementação de soluções técnicas e sistêmicas, dependendo da natureza, gravidade e volume dos relatos. Essa equipe também utiliza meios automatizados, com base em limites de volume de relatos, para identificar níveis elevados de relatos dos usuários que possam exigir encaminhamento especial ou investigação.

O *feedback* ajuda a aprimorar a relevância, a precisão e a segurança do Gemini nos apps do Workspace. Para enviar o *feedback*, basta que o usuário siga o procedimento abaixo:

Informar um problema ou enviar feedback geral

Importante: para informar um problema ou enviar feedback geral, faça login nos apps do Gemini. [Saiba como](#).

1. No seu computador, acesse gemini.google.com .
2. Na parte de baixo da tela, clique em Configurações e ajuda  > Enviar feedback .
3. Digite seu feedback. Você pode adicionar uma captura de tela para nos ajudar a entender o problema.
4. Na parte de baixo da tela, clique em **Enviar**.

(<https://support.google.com/gemini/answer/13275746?hl=pt-BR&co=GENIE.Platform%3DDesktop>)

Suporte do Google Workspace. Os administradores do Google Workspace e do Workspace for Education podem entrar em contato diretamente com o Google por meio do suporte do Workspace e enviar solicitações ou reclamações relacionadas aos seus serviços do Workspace, incluindo o Gemini Apps, quando oferecido por meio de suas contas corporativas. As questões enviadas por esse canal são investigadas e classificadas com base no nível de prioridade e na hora do envio.

Solicitações de remoção com base em políticas e questões legais. A Google também disponibiliza um formulário¹⁰² dedicado a todos os usuários do Google que desejam denunciar resultados que acreditam poder violar a lei, os direitos de um usuário ou as políticas do Google. Esse formulário está disponível na Central de Ajuda Jurídica do Google e também pode ser acessado diretamente pela interface do Gemini Apps. Os membros das equipes de operações responsáveis analisam essas solicitações conforme o caso e decidem se devem remover o conteúdo, indeferir a solicitação de remoção ou solicitar mais informações, de acordo com as leis e/ou políticas aplicáveis. Caso a equipe de operações responsável decida que o conteúdo deve ser removido, a equipe de Confiança e Segurança poderá tomar as medidas adicionais descritas acima na seção sobre feedback positivo ou negativo.

Redes sociais. A Google também monitora proativamente as redes sociais em busca de reclamações de usuários, o que pode revelar relatos relacionados aos aplicativos Gemini Apps. O programa “Watchdog” da Google, gerenciado por sua

¹⁰² Disponível em:

<https://support.google.com/legal/troubleshooter/1114905?sjid=13416395114885628198-SA#ts=1115658>

equipe de Confiança e Segurança, monitora relatos públicos e comentários postados em plataformas como o X e o Reddit.

Em outras palavras, caso qualquer usuário identifique uma resposta que considere ilícita ou desinformativa, poderá solicitar a sua análise e providências corretivas por meio dos canais oficiais.

(D) Formulário de Remoções por Motivos Legais

Além de todos os mecanismos de aplicação das políticas em suas plataformas já descritos acima, a Google também disponibiliza a todos uma ferramenta pública online¹⁰³ para que usuários possam solicitar a remoção de conteúdos com base em violação à legislação. Sabemos que os padrões legais variam de acordo com o país ou a região e que o conteúdo que viola uma legislação específica em um desses locais pode ser legal em outros. Diante desse cenário, o objetivo da ferramenta é garantir ao usuário uma opção de denúncia de conteúdo por motivos jurídicos (ex: difamação, injúria, calúnia, violação de marca, direito do consumidor, normas eleitorais ou ordens judiciais), ainda que não se enquadrem nas políticas próprias de cada plataforma.

Com esse intuito, basta que o usuário, ao acessar o formulário online, selecione o produto do Google a que se encontra o conteúdo e sinalizar os motivos que justificam a sua retirada:

¹⁰³ <https://support.google.com/legal/troubleshooter/1114905?sjid=14142890057302917630-SA>.

Selecione o produto do Google que apresenta o conteúdo a ser denunciado.

Observação: é necessário enviar uma denúncia separada para cada produto no qual o conteúdo aparece-

- ☐  Pesquisa Google
- ☐  Blogger/Blogspot
- ☐  Google Maps e produtos relacionados
- ☐  Google Play
- ☐  YouTube
- ☐  Preenchimento automático ou pesquisa relacionada
- ☐  Um anúncio do Google
- ☐  Drive (Documentos, Apresentações, Planilhas, Formulários etc.)
- ☐  Google Photos e Álbuns do Picasa
- ☐  Shopping
- ☐ Veja mais produtos

Após a identificação do produto do Google que apresenta o conteúdo a ser denunciado, o interessado deve selecionar a categoria da infração segundo a legislação do país (ex: o pedido de remoção pode ser fundamentado na identificação de propriedade intelectual, conteúdo prejudicial a crianças ou outros motivos jurídicos não listados – como conteúdo que viole as leis locais de combate ao terrorismo ou discurso de ódio). A título exemplificativo:

Selecione o produto do Google que apresenta o conteúdo a ser denunciado.

Observação: é necessário enviar uma denúncia separada para cada produto no qual o conteúdo aparece*

- ☒  Pesquisa Google
- ☐  Blogger/Blogspot
- ☐  Google Maps e produtos relacionados
- ☐  Google Play
- ☐  YouTube
- ☐  Preenchimento automático ou pesquisa relacionada
- ☐  Um anúncio do Google
- ☐  Drive (Documentos, Apresentações, Planilhas, Formulários etc.)
- ☐  Google Photos e Álbuns do Picasa
- ☐  Shopping
- ☐ Veja mais produtos

A solicitação é relacionada a qual produto?

- ☒  Pesquisa Google
- ☐  Imagens do Google
- ☐  Visões gerais criadas por IA
- ☐  Modo IA
- ☐ Outros recursos da Pesquisa

Essa solicitação está relacionada a conteúdo gerado por IA em um produto do Google?

- ☐ Sim
- ☒ Não

Selecione o motivo da denúncia de conteúdo.

- ☒ **Motivos jurídicos para denunciar conteúdo**
Em relação a legislações específicas do país ou da região, como leis de privacidade ou propriedade intelectual
- ☐ **Motivos para denunciar violações de política (não jurídicos)**
Em relação às políticas de conteúdo e produtos do Google, como as de spam, phishing ou segurança infantil

Por que você quer denunciar o conteúdo?

☐ Propriedade intelectual

☒ **Conteúdo prejudicial a crianças**

☐ **Outro:** denuncie conteúdo por um motivo jurídico não listado acima (por exemplo, conteúdo que viole as leis locais de combate ao terrorismo ou discurso de ódio)

Por que você quer denunciar o conteúdo?

☒ **Pornografia, suicídio, automutilação ou transtornos alimentares:** denuncie conteúdo que seja pornográfico ou promova suicídio, automutilação ou transtornos alimentares.

☐ **Abuso e ódio, bullying, violência, substâncias nocivas ou produtos, serviços ou substâncias com restrição de idade, desafios e acrobacias perigosas, conteúdo sobre imagem corporal ou teor depressivo:** denuncie conteúdo que seja abusivo e incite ódio, que promova violência, bullying, substâncias nocivas, desafios e manobras perigosas, imagem corporal negativa ou depressão, ou que seja prejudicial a crianças.

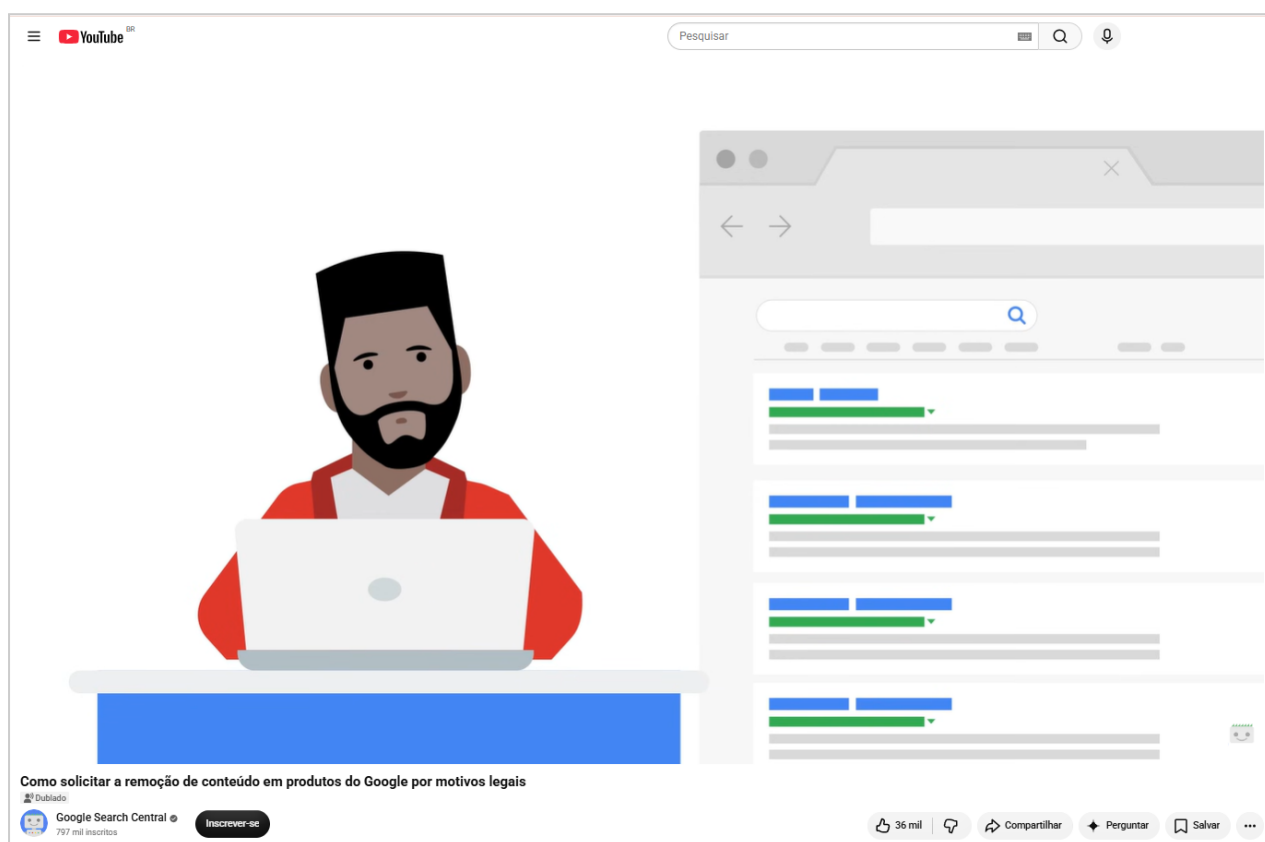
Agradecemos por descrever o problema. Clique em **Criar solicitação** para enviar um pedido à nossa equipe.

Criar solicitação

Para viabilizar a análise pela equipe jurídica, o formulário exige a indicação de algumas informações, como: (i) dados do Requerente: nome completo, empresa/entidade (se aplicável), e-mail de contato válido e indicação de representação legal; (ii) país no qual os direitos alegadamente estão sendo violados (para aplicação da norma local correspondente, como as leis brasileiras aplicáveis); (iii) identificação precisa do conteúdo, com a inserção das URLs exatas e individualizadas do conteúdo impugnado; (iv) explicação detalhada indicando por que o conteúdo é ilegal segundo as leis do país, incluindo a transcrição de trechos ou apontamento das imagens; e (v) confirmação da veracidade das informações prestadas e assinatura eletrônica do notificante.

Para além dessas informações, a Google também disponibiliza um vídeo com o fluxo para denunciar um conteúdo na internet por motivos legais. O vídeo pode ser acessado por meio da URL <https://youtu.be/8G36Uoq5Uyo?si=E4Y16M4dsiof9laP>¹⁰⁴.

¹⁰⁴ A Google esclarece que o vídeo original foi criado na língua inglesa. Sem prejuízo disso, a empresa garante ao usuário a opção de (a) incluir legenda ao áudio; ou (b) modificar a faixa de áudio para a língua de preferência. Para tanto, basta que clique no símbolo de “Detalhes” na faixa do vídeo.



- Atendimento de ordens judiciais relativas às eleições

Além da regular aplicação de suas políticas, da análise das denúncias dos usuários e do processamento e atendimento de solicitações de remoção por conteúdo por motivos legais, a Google também tem amplo histórico de cooperação com a Justiça Eleitoral e mecanismos para o atendimento eficaz e célere de ordens expedidas pela Justiça Eleitoral, incluindo para remoção de conteúdo e de fornecimento de dados, na forma da Resolução/TSE nº 23.610/2010. Além do regular atendimento à legislação, essa medida é também prevista nos Memorandos de Entendimentos celebrados com esse Eg. Tribunal Superior Eleitoral.

Nesse contexto, ao receber uma ordem judicial, a Google conta com um time jurídico e advogados externos no Brasil responsáveis por analisar cada determinação e tomar as

providências necessárias junto às equipes internas da empresa. Para as Eleições de 2026, a empresa informou a esse Eg. TSE e a todos os Tribunais Regionais Eleitorais, na forma do art. 10 da Resolução/TSE nº 23.608/2019, o endereço de e-mail através do qual receberá ofícios, intimações ou citações.

III)

Uma vez demonstradas acima as políticas das plataformas e os mecanismos de denúncias disponíveis aos usuários e à Justiça Eleitoral, passa-se a tratar das medidas tomadas pelas plataformas em caso de identificação de violação.

No **YouTube**, as Diretrizes de Comunidade do YouTube são de amplo conhecimento dos usuários, até por serem elemento constitutivo importante da própria comunidade e da sensação de pertencimento pelos usuários da plataforma. Cerca de 98% dos usuários do YouTube utilizam-se diariamente da plataforma sem nunca violar essas regras.

Ainda assim, a cada minuto, centenas de horas de conteúdo são enviadas para o YouTube e – para garantir a efetividade dos Termos de Serviços do YouTube – a Google disponibiliza mecanismos de controle e moderação preventivos e ativos que se atualizam frequentemente e combinam o uso de sistemas automatizados e revisores humanos¹⁰⁵. Caso identificados abusos, o YouTube conta com um sistema de avisos das Diretrizes da Comunidade – também conhecido como sistema de “*strikes*” – utilizado para abordar violações de forma racional e proporcional. O sistema se aplica a todos os tipos de conteúdo da plataforma, incluindo vídeos não listados e privados, comentários, links, posts e miniaturas.

O sistema tem como objetivo melhor informar os usuários sobre as Diretrizes e responder de forma escalonada a infrações repetidas, reincidências e tentativas de burlar a aplicação das Diretrizes da Comunidade. Os resultados demonstram que esse objetivo vem sendo cumprido de forma bastante efetiva: cerca de 94% dos usuários que recebem um “primeiro aviso”, não reincidem em violações e, conseqüentemente, não recebem o segundo aviso ou outras restrições. Confira-se abaixo como esse sistema é explicado no

¹⁰⁵

https://support.google.com/youtube/answer/13304829?hl=pt-BR&ref_topic=9387060&sjid=8522978516033815854-SA#zippy=.

painel interativo das “Diretrizes da Comunidade”¹⁰⁶ no ponto em que é esclarecido “o que acontece quando você recebe um aviso”:

Alerta

Entendemos que erros acontecem e que não é sua intenção violar nossas políticas. Por isso, você vai receber apenas um alerta na primeira ocorrência. Você pode fazer um [treinamento opcional sobre a política](#) para que esse alerta expire após 90 dias. Caso seu conteúdo viole a mesma política dentro desse período, o alerta não vai expirar e seu canal receberá uma advertência.

Às vezes, um único caso de abuso grave pode resultar no [encerramento do canal](#) sem aviso prévio. Se você acredita que cometemos um erro, [envie uma contestação](#).

Treinamentos opcionais sobre as políticas

Os treinamentos sobre as políticas são experiências educacionais curtas com base na política das diretrizes da comunidade que você violou.

Se você receber um alerta por violação das diretrizes da comunidade, poderá acessar o treinamento sobre a política no app YouTube e na sua conta do Studio nos lugares em que as violações normalmente são mostradas. Isso inclui o [painel do Studio](#) e a guia “Conteúdo”. Você também terá acesso a um link para abrir o treinamento nas notificações por e-mail e em banner. Observação: nem todos os alertas das diretrizes da comunidade têm um treinamento relacionado.

O alerta vai expirar após 90 dias se você concluir um treinamento opcional sobre a política. Esse período começa a contar a partir da conclusão do treinamento, e não quando o alerta é emitido. Se você violar outra política após concluir o treinamento, receberá um novo alerta.

Violações recorrentes das nossas políticas ou um único caso de abuso grave podem resultar no encerramento da sua conta. Podemos impedir que usuários com violações frequentes façam treinamentos no futuro.

Primeira advertência

Se descobirmos que seu conteúdo não seguiu nossas políticas pela segunda vez, você vai receber uma advertência.

Essa penalidade significa que você não poderá fazer o seguinte por uma semana:

- Enviar vídeos ou fazer transmissões ao vivo
- Iniciar uma transmissão ao vivo programada
- Programar um vídeo para se tornar público
- Criar uma Estreia
- Adicionar um trailer a uma Estreia ou transmissão ao vivo
- Criar miniaturas ou posts personalizados
- Criar ou editar playlists e adicionar colaboradores a elas
- Adicionar ou remover playlists da página de exibição usando o botão “Salvar”

O conteúdo programado para se tornar público é definido como “Privado” durante o período de penalização. Será preciso reprogramar a publicação do conteúdo quando a suspensão terminar.

Observação: a penalidade começa a partir da data de confirmação da ciência do usuário. Depois de uma semana, os privilégios totais serão restaurados automaticamente, mas a advertência vai continuar no canal por 90 dias.

Uma advertência também pode impedir que você use os [recursos avançados](#). Saiba como [recuperar o acesso](#).

Segunda advertência

Se você receber uma segunda advertência no mesmo período de 90 dias da primeira ocorrência, não vai ser possível postar conteúdo por duas semanas. Caso não haja outros problemas, os privilégios totais serão restaurados automaticamente após esse período. As advertências só expiram depois de 90 dias a partir da data de envio de cada uma.

Terceira advertência

Se você receber três advertências em 90 dias, seu canal será removido permanentemente do YouTube. As advertências só expiram depois de 90 dias a partir da data de envio de cada uma.

Observação: excluir seu conteúdo não remove uma advertência. Também podemos enviar uma advertência relacionada às diretrizes da comunidade para vídeos excluídos. Saiba mais sobre a retenção de conteúdo excluído na nossa [Política de Privacidade](#).

¹⁰⁶ Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/2802032?hl=pt-BR>.

Nesse contexto, a consequência prática mais frequente da violação de políticas é a remoção do conteúdo identificado como violador e a suspensão temporária da possibilidade de postagem de novos vídeos. A plataforma também disponibiliza um treinamento opcional sobre a política para que esse alerta expire após 90 dias¹⁰⁷. No entanto, caso o conteúdo viole a mesma política dentro desse período, o alerta não vai expirar e o canal infrator poderá receber uma advertência.

Se o YouTube identificar que o responsável pelo canal publicou novos conteúdos infringentes às políticas pela segunda vez, o usuário receberá sua primeira advertência. Essa penalidade significa que, por uma semana, ele não poderá (i) enviar vídeos ou fazer transmissões ao vivo; (ii) iniciar uma transmissão ao vivo programada; (iii) programar um vídeo para se tornar público; (iv) criar uma Estreia; (v) adicionar um trailer a uma Estreia ou transmissão ao vivo; (vi) criar miniaturas ou posts personalizados e nem criar ou editar playlists e adicionar colaboradores a elas; (vii) adicionar ou remover playlists da página de exibição usando o botão "Salvar". Se o criador de conteúdo receber uma segunda advertência no mesmo período de 90 dias, o YouTube impedirá a publicação de conteúdo por mais duas semanas. Para além disso, as políticas do YouTube preveem a possibilidade de remoção permanente do canal na hipótese de recebimento de três advertências em 90 dias.

O encerramento de contas ou canais pode também ocorrer em casos únicos especialmente graves, como diante de comportamento predatório (contra menores), divulgação de pornografia, e spam¹⁰⁸. Essa também é a consequência da criação de canais dedicados exclusivamente à violação de políticas – como canais de discurso de ódio, assédio e de falsificação de identidades.

Como não poderia deixar de ser, os criadores de conteúdo também estão submetidos a regras e políticas de direitos autorais, que servem para compatibilizar eventuais

¹⁰⁷ Os treinamentos sobre as políticas são experiências educacionais curtas com base na política das diretrizes da comunidade que o usuário violou. Caso receba um alerta por violação das diretrizes da comunidade, o criador de conteúdo pode acessar o treinamento sobre a política no app YouTube e na conta do Studio nos lugares em que as violações normalmente são mostradas. Isso inclui o painel do Studio e a guia "Conteúdo".

¹⁰⁸ Disponível em:

https://support.google.com/youtube/answer/2802168?hl=pt-BR&ref_topic=9387060&sjid=7148776652419568052-SA.

reivindicações de titulares de direito que se sintam lesados com os possíveis usos aceitáveis de obras para a produção de novos conteúdos. Também essas regras são aplicadas com um sistema de avisos de direito autoral¹⁰⁹, que funciona de forma semelhante aos avisos de violação das Diretrizes da Comunidade.

Ainda, e como acima mencionado, qualquer usuário que veicule conteúdo monetizado na plataforma (criadores profissionais de conteúdo) está também sujeito a regras e restrições específicas. Por exemplo, com relação a esses usuários, e tendo em vista as diretrizes adicionais para “conteúdos adequados para publicidade”, o YouTube pode (i) desligar os anúncios no conteúdo publicado pelo criador, (ii) suspendê-lo do programa de criadores parceiros e (iii) suspendê-lo ou baní-lo da plataforma.

Em qualquer uma das hipóteses, as violações são comunicadas por e-mail e notificações na própria plataforma. Essas comunicações possuem informações sobre **(i)** qual conteúdo foi removido, **(ii)** quais políticas foram violadas e **(iii)** como isso pode afetar o canal do usuário. O usuário é ainda informado sobre as formas de contestar¹¹⁰ a decisão do YouTube, em um prazo de 30 dias contado da emissão do aviso de violação – não há nenhum tipo de prejuízo previsto ao usuário que tem sua contestação negada.

Considerando essas premissas, em atenção ao art. 23, II, da Portaria nº 463/2026, a Google informa que o YouTube realiza a remoção de perfis falsos, automatizados ou robôs (art. 38-A, § 2º, da Resolução/TSE nº 23.610/2019), sempre que assim identificado pelos mecanismos automatizados da plataforma ou após denúncia de outros usuários. Esse tipo de remoção está sujeito às regras das políticas do YouTube, inclusive quanto aos procedimentos das advertências, contestação e defesa, nos termos descritos acima.

A **Pesquisa Google**, por sua vez, opera sob uma lógica distinta do YouTube no que tange às penalidades por violação de políticas. Como a Pesquisa atua como um indexador da web aberta (e não como um hospedeiro de conteúdo ou rede social), a estrutura de consequências possui mecânicas e desdobramentos próprios. Sem prejuízo disso, as medidas tomadas pela Google dependem da gravidade, da natureza da violação e do

¹⁰⁹ Uma explicação pormenorizada pode ser acessada em: <https://support.google.com/youtube/answer/2814000?hl=pt-BR>.

¹¹⁰ As formas de contestar ações das Diretrizes da Comunidade podem ser acessadas em: <https://support.google.com/youtube/answer/185111?hl=pt-BR>.

arcabouço legal aplicável.

A primeira consequência quando um conteúdo é identificado proativamente ou denunciado por terceiros (seja usuários, titulares de direitos autorais ou entidades governamentais) é a sua remoção dos resultados da Pesquisa Google. Adicionalmente, caso um site receba um volume suficientemente expressivo de pedidos de remoção em determinadas categorias, a Google aplicará um rebaixamento algorítmico¹¹¹. Na prática, se a Google processar um volume significativo de pedidos de remoções envolvendo um site específico, a empresa pode usar isso como um indicador para limitar a visibilidade do referido site nos casos em que os usuários não estiverem pesquisando expressamente por ele.

A título exemplificativo, na hipótese de recebimento de um volume significativo de pedidos válidos de remoção por direitos autorais envolvendo um determinado site, a Google pode usar isso para rebaixar outros conteúdos do site dos resultados da Pesquisa Google. Dessa forma, caso exista outro conteúdo com violação, é menos provável que ele seja encontrado pelas pessoas em vez do conteúdo original (do titular dos direitos autorais violados). A Google aplica indicadores de rebaixamento semelhantes nos casos de reclamações que envolvem difamação, produtos falsificados e divulgação não consensual de imagens explícitas. A empresa também sempre remove material de abuso sexual infantil quando identificado e rebaixa todo o material de sites com uma proporção significativa de material de abuso sexual infantil.

A mesma prática ocorre se a empresa processar um volume significativo de remoções de informações pessoais envolvendo um site com práticas abusivas de remoção de conteúdo: outros conteúdos do site serão rebaixados nos resultados a Pesquisa Google. A empresa também observa se o mesmo padrão de comportamento acontece com outros sites e, em caso afirmativo, aplica rebaixamentos ao conteúdo desses sites. As políticas da empresa também permitem a aplicação de práticas de rebaixamento semelhantes para sites que recebem um volume significativo de remoções de conteúdo envolvendo conteúdo de *doxxing* (ato de pesquisar e expor na internet dados privados ou de identificação pessoal de alguém sem autorização), imagens pessoais explícitas criadas ou compartilhadas sem consentimento ou conteúdo falso não consensual explícito.

¹¹¹ Disponível em: <https://developers.google.com/search/docs/appearance/ranking-systems-guide?hl=pt-br>.

Além do rebaixamento algorítmico de sites, a Google também promove Ações Manuais (Manual Actions) para penalizar sites que violam as regras de *spam* estabelecidas no Google. As ações manuais do Google são intervenções específicas aplicadas pela equipe de Qualidade de Busca, resultantes da análise humana conduzida por revisores profissionais encarregados de detectar práticas manipuladoras ou conteúdo prejudicial à experiência do usuário, e visam restaurar o equilíbrio nos resultados de busca, garantindo que apenas sites relevantes e em conformidade com as regras possam manter sua visibilidade.

Ao contrário das quedas resultantes de atualizações algorítmicas, que ocorrem automaticamente e sem notificações específicas, as ações manuais são, na verdade, uma ferramenta direcionada e específica, projetada para lidar com situações em que um site não atende às regras estabelecidas nas Diretrizes da Plataforma. Mais importante ainda, elas são comunicadas diretamente ao responsável pelo site por meio do Google Search Console, relatando a ocorrência de uma violação e fornecendo as ferramentas e orientações para corrigi-la com ações direcionadas e iniciar o processo de revisão para recuperar a visibilidade perdida.

Por fim, a Google também pode proceder à remoção do link dos seus resultados de buscas. Como a Pesquisa atua como um indexador da web aberta (e não como um hospedeiro de conteúdo ou rede social), o conteúdo considerado infringente continua existindo no site de origem na web aberta, mas não pode mais ser encontrado por meio da Pesquisa Google. Tais consequências ocorrem por (i) motivos legais, como o cumprimento de ordens da justiça, identificação de violações de Direitos Autorais ou às próprias legislações locais aplicáveis; (ii) aplicação das Políticas de Remoção de Informações Pessoais e Segurança/Privacidade; e (iii) identificação de violações às políticas contrárias a material de abuso sexual infantil (*Child Safety and Abuse Material*) e crimes gravíssimos.

IV)

O Portal de Políticas da Google disciplina a Promoção da Responsabilidade com

Transparência¹¹², fundamentado na missão institucional de disponibilizar informações úteis e acessíveis a toda a sociedade no âmbito de produtos e serviços seguros. Há mais de uma década¹¹³, a empresa lançou seu primeiro **Relatório de Transparência**, consolidando, desde então, uma série de publicações periódicas concebidas para demonstrar o funcionamento de seu ecossistema digital, desde a forma de resposta a solicitações governamentais até o processamento da moderação de conteúdos nos produtos e serviços.

- Remoção e moderação de conteúdo¹¹⁴

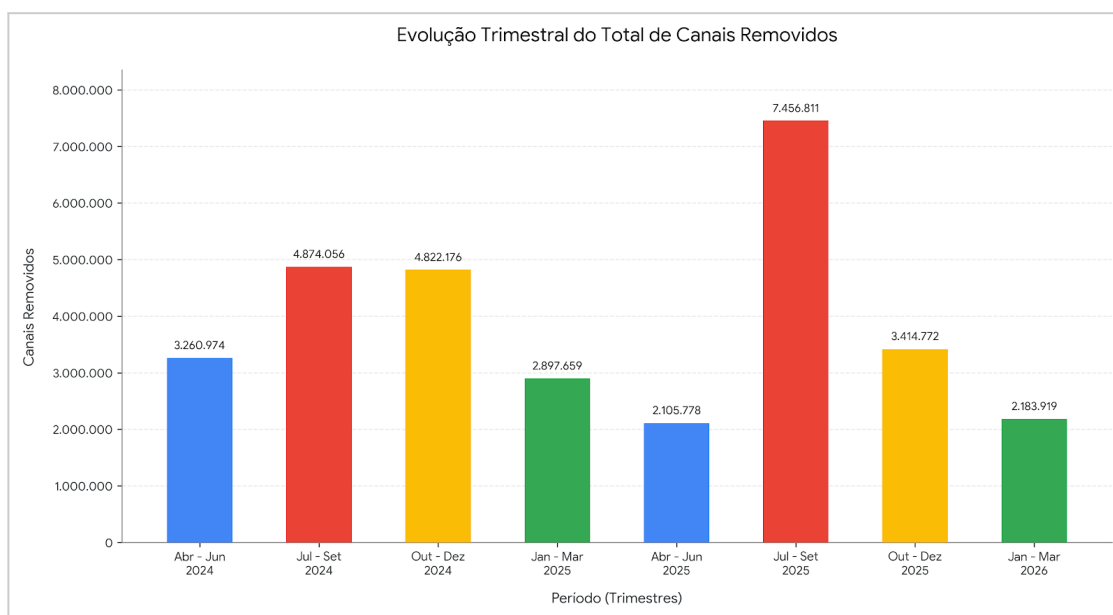
As políticas da plataforma ajudam a manter um negócio responsável que espectadores, criadores de conteúdo e anunciantes possam usar para continuar crescendo no YouTube. As Diretrizes da Comunidade definem o que não é permitido na plataforma — por exemplo, não são aceitos pornografia, incitação à violência, assédio nem discurso de ódio. O YouTube conta com pessoas e tecnologias para detectar conteúdo inadequado e aplicar essas diretrizes, e esse relatório de transparência fornece dados sobre como a plataforma aplica suas políticas.

Os relatórios informam o número de canais removidos pelo YouTube por violação das Diretrizes da Comunidade:

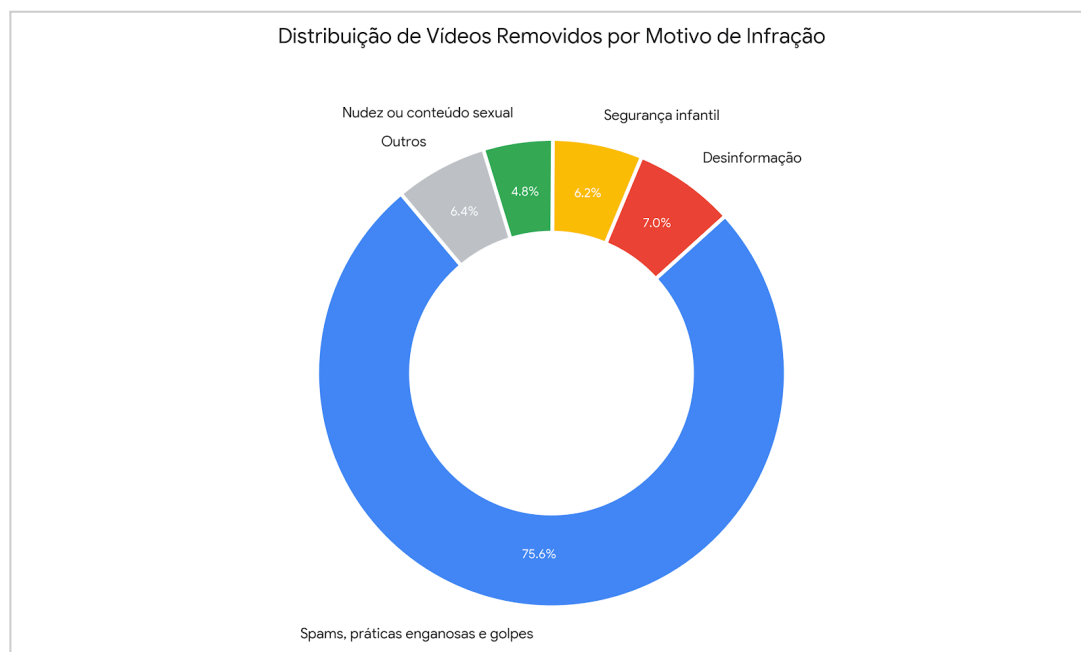
¹¹² Disponível em: https://transparencyreport.google.com/?hl=pt_BR.

¹¹³ Disponível em: https://transparencyreport.google.com/about?hl=pt_BR.

¹¹⁴ Disponível em: https://transparencyreport.google.com/youtube-policy/removals?hl=pt_BR.

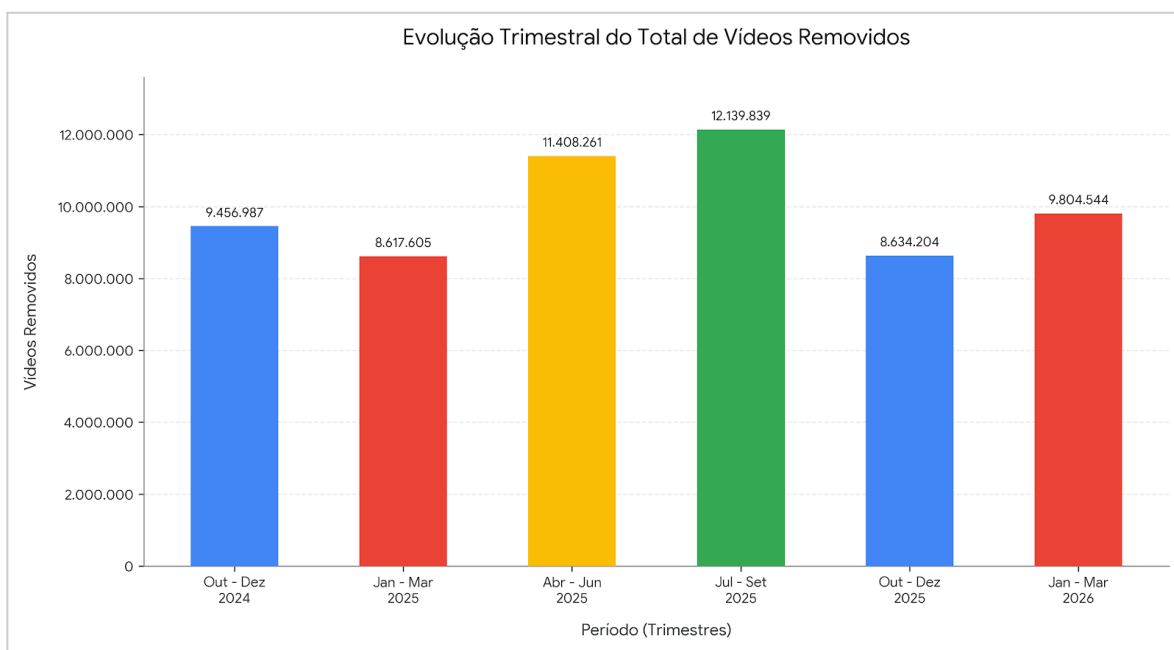


As métricas relacionadas aos motivos de remoção também estão disponíveis na interface:



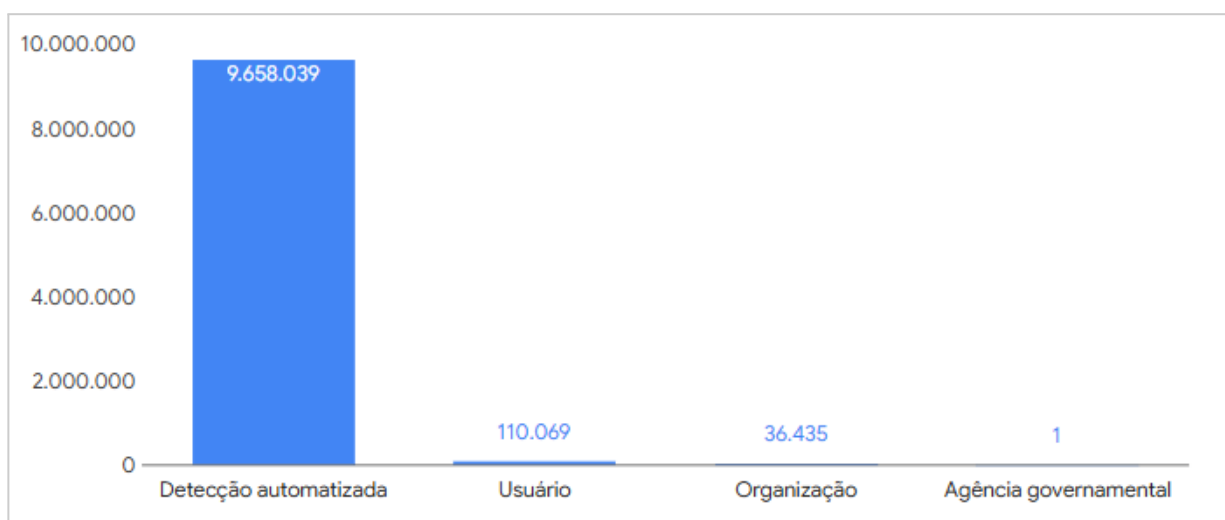
Para a aplicação de suas políticas, o YouTube conta com equipes distribuídas globalmente, encarregadas de revisar os vídeos sinalizados na plataforma. A partir dessa análise, a plataforma adota as providências cabíveis, que podem consistir em: promover a remoção de conteúdos que violem suas Diretrizes da Comunidade; restringir o acesso a

materiais que não sejam adequados para todos os públicos; ou manter o conteúdo publicado caso não se constate infração ou quando incida a exceção para materiais revestidos de contexto educacional, documental, científico ou artístico (EDSA). Este gráfico mostra o número de vídeos removidos pelo YouTube por violação das diretrizes da comunidade:

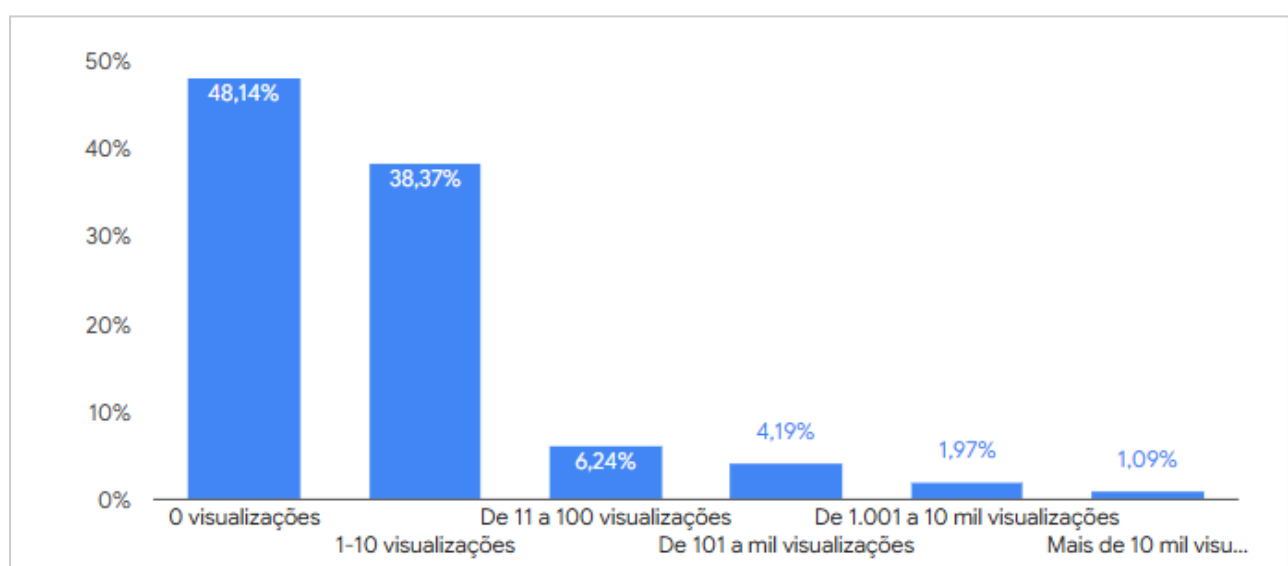


Em relação às primeiras fontes de detecção, elas podem ser **(i)** indicadas por sinalização automática; ou **(ii)** realizadas por pessoas. As sinalizações de pessoas podem ser feitas por usuários ou membros do **Programa de Notificações Prioritárias do YouTube**¹¹⁵. Este gráfico apresenta o volume de vídeos removidos pelo YouTube, classificados pela primeira fonte de detecção:

¹¹⁵ Disponível em: https://support.google.com/youtube/answer/7554338?ref_topic=7124235.

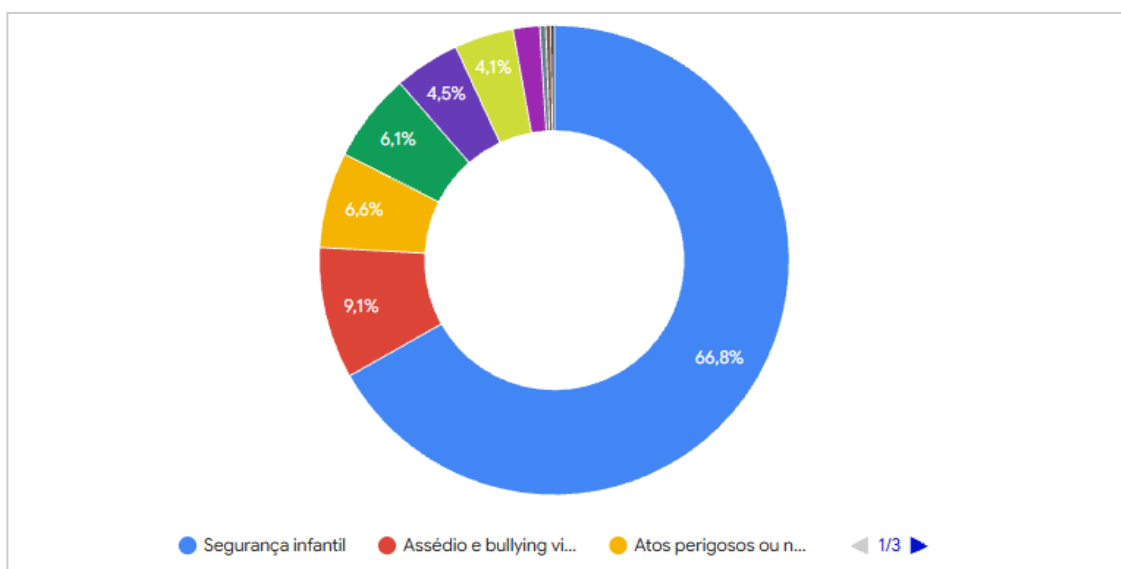


O YouTube tem como objetivo garantir que conteúdos que desrespeitem as políticas da plataforma não sejam visualizados, ou ao menos sejam visualizados pelo menor número de pessoas possível, antes de serem removidos. Com a sinalização automática, a plataforma atua de maneira mais rápida e precisa na aplicação de suas políticas. Este gráfico apresenta a porcentagem de vídeos removidos antes de o conteúdo receber visualizações em comparação com as exclusões feitas após a ocorrência de visualizações:



Os revisores avaliam os vídeos sinalizados em relação a todas as diretrizes e políticas da comunidade, independentemente do motivo da sinalização. Os motivos específicos de

remoção dos vídeos também são apresentados na interface:

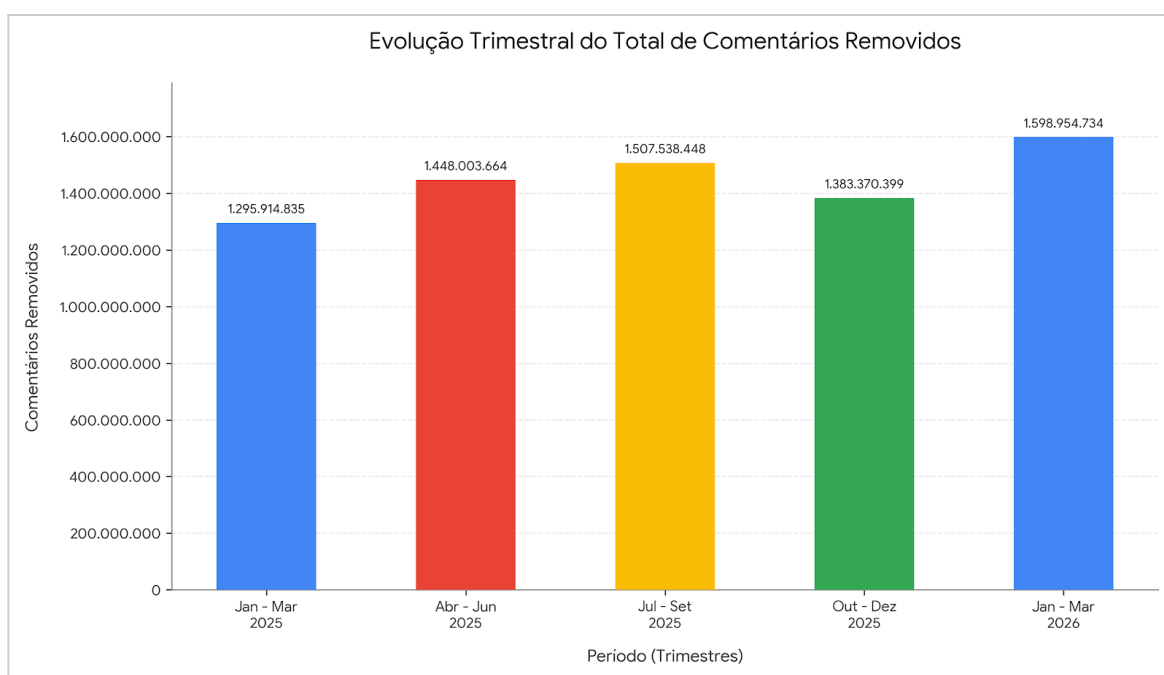


A tabela a seguir apresenta o volume de vídeos removidos pelo YouTube, classificados pelo país ou região de *upload*. Esse dado fundamenta-se no endereço IP do usuário responsável pelo envio do conteúdo no momento do *upload*, parâmetro que geralmente corresponde à sua geolocalização, ressalvadas as hipóteses de utilização de rede privada virtual (VPN) ou servidor *proxy*.

Classificação	País/região*	Vídeos removidos
1	Índia	2.689.278
2	Brasil	1.282.754
3	Estados Unidos	984.230
4	Indonésia	707.535
5	Bangladesh	253.526
6	Paquistão	203.567
7	Turquia	199.075
8	Filipinas	196.266
9	Rússia	189.433

10	México	176.514
----	--------	---------

O YouTube constitui uma comunidade na qual milhares de pessoas publicam bilhões de comentários a cada trimestre. Mediante a combinação de análise humana e recursos tecnológicos, a plataforma remove comentários que descumprem suas Diretrizes da Comunidade. Os sistemas do serviço atuam, ainda, no fornecimento de filtros para reter comentários potencialmente inadequados, franqueando aos criadores de conteúdo a revisão, aprovação ou remoção prévia desse material. A representação gráfica a seguir apresenta o volume de comentários removidos pelo YouTube por infração às suas diretrizes:



A maioria dos comentários removidos é identificada pelos sistemas automatizados de detecção da plataforma, embora as manifestações também possam ser objeto de sinalização efetuada por pessoas. O YouTube conta com equipes técnicas distribuídas globalmente para analisar os comentários sinalizados, com o propósito de remover conteúdos que violem suas Diretrizes da Comunidade e manter publicados os materiais que não apresentem infrações às suas políticas. A representação gráfica a seguir discrimina o volume de comentários removidos por violação às diretrizes institucionais, classificados pela fonte da primeira detecção (sinalização automática ou identificação

realizada por pessoas):

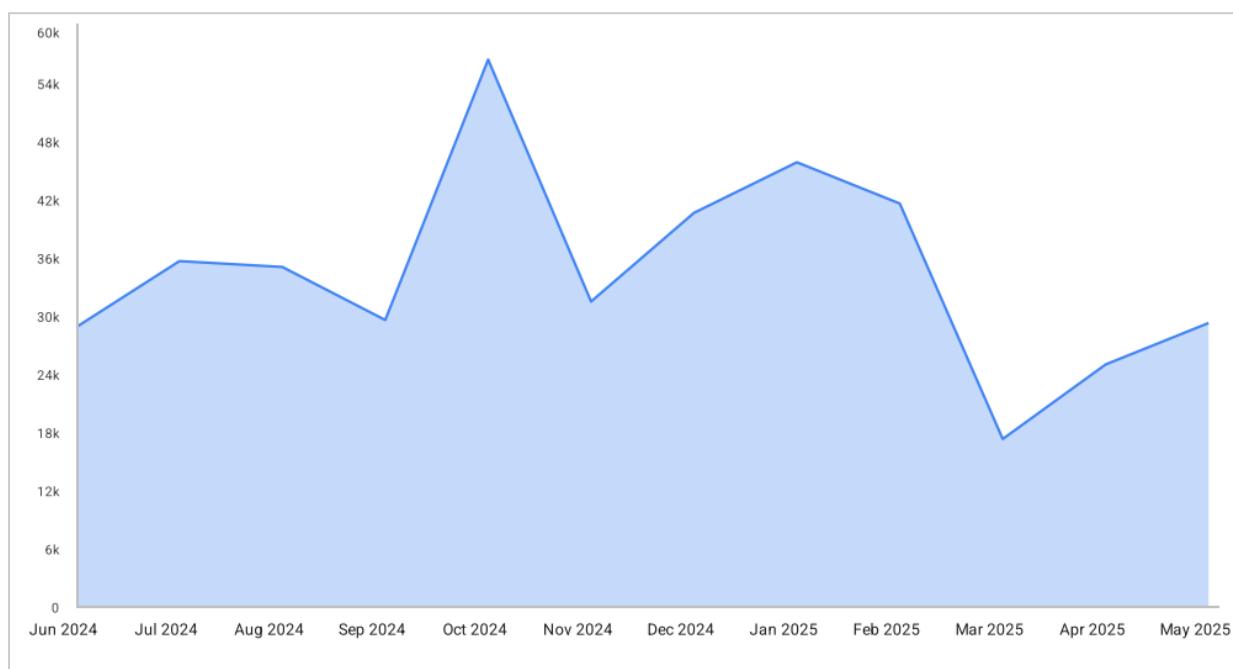


A missão do YouTube é orientada pelo compromisso de dar voz e conectar pessoas ao redor do mundo, tendo na liberdade de expressão a essência de sua atuação. A plataforma constitui um espaço dedicado ao incentivo e à livre circulação de uma ampla gama de perspectivas, que depende do cumprimento das Diretrizes da Comunidade para assegurar um ambiente operacional responsável e de confiança para espectadores, criadores de conteúdo e anunciantes.

Na mesma linha, só no segundo semestre de 2024, a Google procedeu com a remoção dos resultados da Pesquisa Google de mais de 882 (oitocentos e oitenta e duas) mil URLs denunciadas por ter material de abuso infantil¹¹⁶. Entre junho de 2024 e maio de 2025, a plataforma também recebeu mais de 400 (quatrocentos) mil requerimentos de remoção de conteúdos de falsificação (o histórico de remoção pode ser conferido no quadro abaixo). E, desde março de 2011, a plataforma recebeu mais de 17 (dezessete) bilhões de pedidos de remoção de conteúdo por alegação de violação de direitos autorais¹¹⁷:

¹¹⁶ Disponível em: <https://transparency.google/>.

¹¹⁷ Disponível em: https://transparencyreport.google.com/copyright/overview?browse_copyright=ce:owner:size:6&lu=browse_copyright



(Evolução do número de URLs com conteúdo de falsificação removidas da Pesquisa Google)¹¹⁸

- Atendimento de solicitações governamentais¹¹⁹

Tribunais e agências governamentais no mundo todo solicitam regularmente a remoção de informações dos produtos da Google. A empresa revisa essas solicitações cuidadosamente para determinar se o conteúdo deve ser removido por violar a legislação aplicável ou as políticas do produto, divulgando periodicamente o volume de solicitações recebidas a cada semestre. As solicitações de remoção de conteúdo são recebidas por meio de diversas vias e de todos os níveis de governo, abrangendo ordens judiciais, solicitações por escrito de agências governamentais locais e nacionais e notificações proferidas por oficiais de justiça. Ocasionalmente, os próprios usuários encaminham solicitações de remoção governamentais anexando ordens judiciais que atestem a ilicitude de determinado material.

¹¹⁸ Disponível em: <https://transparencyreport.google.com/>.

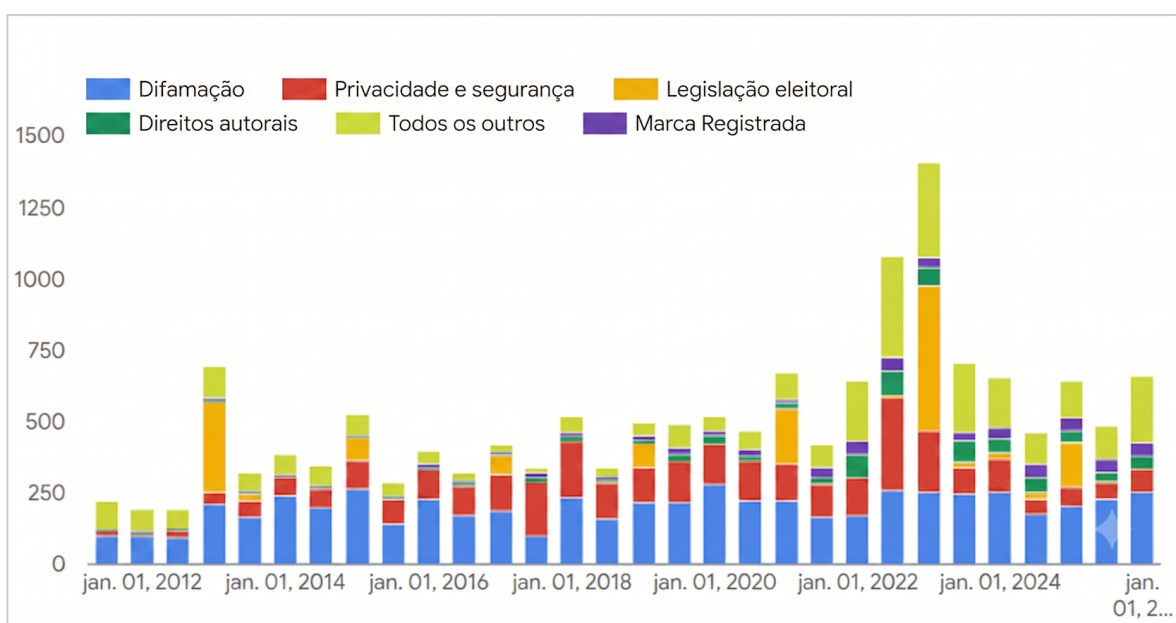
¹¹⁹ Disponível em: https://transparencyreport.google.com/government-removals/overview?hl=pt_BR.

O histórico de atuação governamental no Brasil evidencia o volume de interação contínua entre a plataforma e as autoridades:

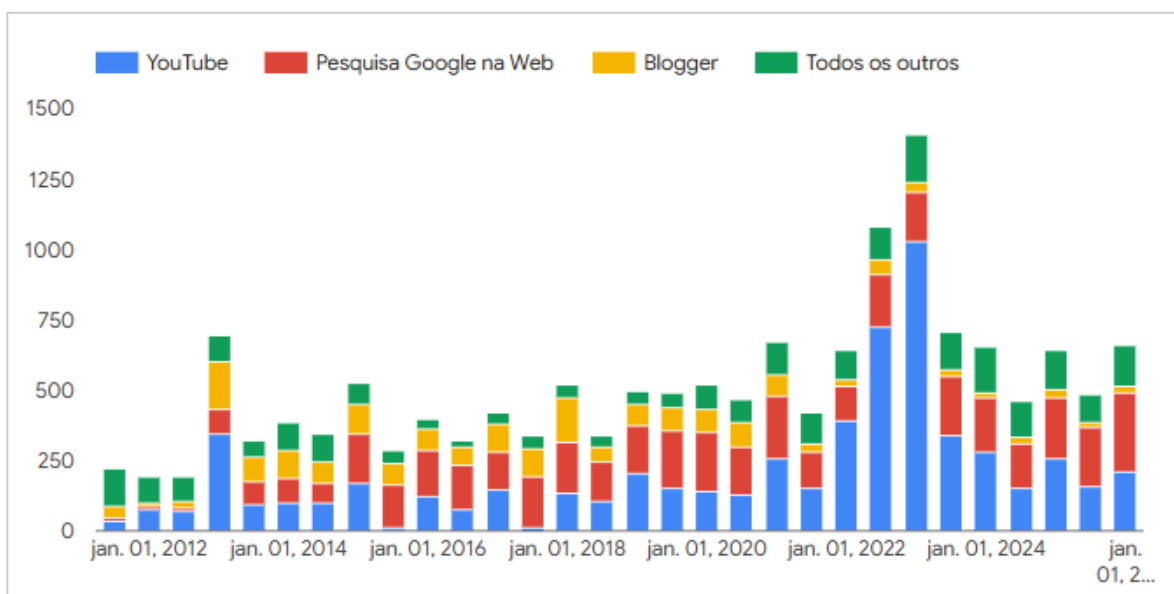
Total de solicitações de remoção recebidas desde 2011	Total de itens indicados para remoção desde 2011
15.308	142.731

A empresa avalia a legitimidade e a integridade de uma solicitação governamental. Para que uma solicitação possa ser avaliada, exige-se que seja feita por escrito, que seja o mais específica possível a respeito do conteúdo a ser removido (com a indicação precisa da URL) e que explice de forma clara as razões pelas quais o conteúdo é considerado ilegal. Não são aceitas solicitações que não forem encaminhadas por meio dos canais adequados. Diante do recebimento de solicitações verbais, orienta-se o requerente a formalizar o pedido por escrito.

O gráfico a seguir discrimina os principais motivos que fundamentam as solicitações governamentais de remoção de conteúdo, incluindo, entre as categorias, as requisições baseadas em legislação eleitoral:



Os Relatórios de Transparência também discriminam as solicitações governamentais de remoção de conteúdo de acordo com o produto específico da plataforma que elas se direcionam:

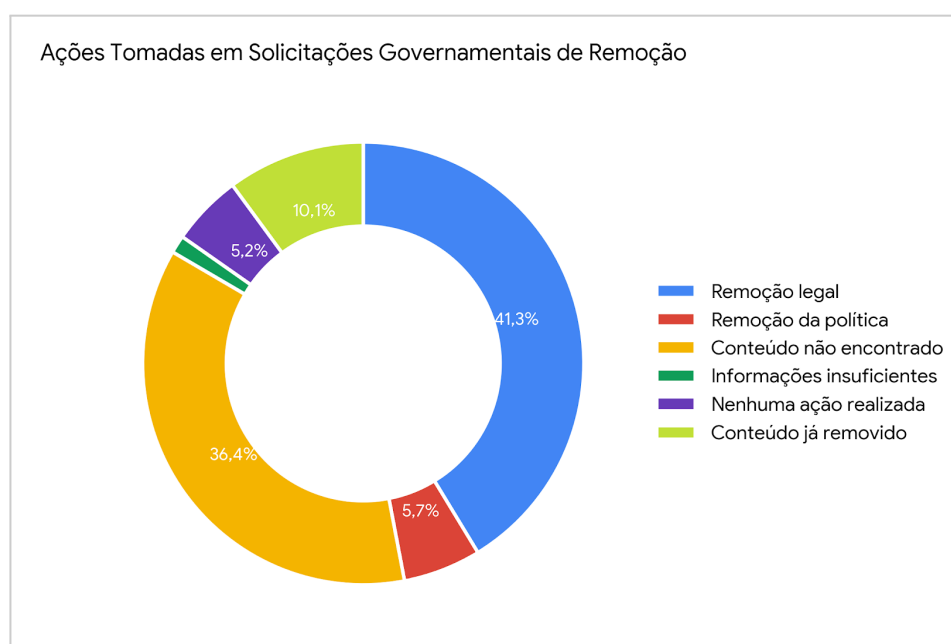


Por sua vez, a tabela abaixo apresenta o detalhamento das solicitações recebidas no Brasil durante o período de julho de 2025 a dezembro de 2025:

Detalhamento por Motivo: Brasil (Jul.-Dez. - 2025)		
Motivo da Solicitação	Solicitações de Remoção	Porcentagem
Difamação	250	38%
Privacidade e segurança	80	12%
Conteúdo adulto	78	12%
Outros	66	10%
Direitos autorais	51	8%
Marca registrada	43	7%
Falsificação de identidade	32	5%
Fraude	28	4%
Obscenidade/nudez	11	2%

Produtos e serviços regulamentados	7	1%
Discurso de ódio	6	1%
Petições iniciais de empresas	2	0%
Ofensa religiosa	2	0%
Não especificado	1	0%
Crítica ao governo	1	0%
Incitação ao suicídio	1	0%
Violência	1	0%

Da mesma forma, o gráfico a seguir ilustra a distribuição percentual das medidas adotadas pelo Google em resposta às solicitações governamentais de remoção de conteúdo (41,3%):



v)

Por fim, no que diz respeito à publicidade política paga, a Google atualizou suas diretrizes

de Campanhas Políticas para incluir *Restrições Regionais*¹²⁰ ao Brasil a partir de 1º de maio de 2024, proibindo a contratação de anúncios com conteúdo político-eleitoral no Brasil. O fato foi amplamente divulgado pela empresa antes das Eleições de 2024¹²¹ e também para o ciclo das Eleições de 2026. Por essa razão, a Google não participou do credenciamento e cadastros previstos nos arts. 27-A, § 4º, e 29, § 9º, da Resolução/TSE nº 23.610/2019.

A proibição abrange conteúdos relativos a:

- (i) Eleições;
- (ii) Partidos políticos, federações e coligações;
- (iii) Cargos eletivos;
- (iv) Propostas de governo;
- (v) Projetos de lei;
- (vi) O exercício do direito de voto e outros direitos políticos; ou
- (vii) Matérias relacionadas ao processo eleitoral.

A verificação dessas informações pode ser realizada no portal por meio da seção "*Descubra a propaganda política que aparece no Google*". Ao aplicar o filtro temporal a partir de 1º de maio de 2024 até a presente data, é possível verificar a ausência de anúncios veiculados no período:

¹²⁰ Disponível em:

https://support.google.com/adspolicy/answer/14777186?hl=en&ref_topic=29265&sjid=11827811717438730726-NC.

¹²¹ Disponível em: <https://support.google.com/merchants/answer/14757664?hl=pt>.



(<https://adstransparency.google.com/political?topic=political®ion=BR&start-date=2024-05-01&end-date=2026-07-31>)

Por transparência, a Google mantém publicamente disponíveis, em seu Centro de Transparência, os anúncios eleitorais veiculados no país em período anterior à implementação da restrição.

Sem prejuízo disso, a identificação de qualquer impulsionamento que venha a ser contratado em violação às políticas pode ser objeto de denúncia por qualquer usuário¹²². Se identificados anúncios violadores às políticas da Google, basta que o usuário (1) No anúncio, selecione “Mais” ou “Informações”; (2) Se forem apresentados vários anúncios em “O meu centro de anúncios”, selecione o anúncio que quer denunciar; (3) Selecione “Denunciar anúncio”; (4) Selecione o motivo pelo qual está a denunciar o anúncio e preencha o formulário e outras informações adicionais; e (5) clique em “Enviar”.

Feita a denúncia, o anúncio é revisto pela equipe de Confiança e Segurança da Google para verificar se viola alguma das nossas políticas. Quando identificado que o anúncio viola as políticas, a empresa aplica penalidades ao contratante. As violações graves ou repetidas podem levar à suspensão das contas dos anunciantes, o que significa que deixam de poder apresentar anúncios através da Google.

¹²² Informações disponíveis em <https://support.google.com/My-Ad-Center-Help/answer/13861201?hl=pt&sjid=6887129246640680644-SA>.